

FORMULÁRIO PARA PROPOSTAS DOS PPC's DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNESPAR

1. CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO	HISTÓRIA	
ANO DE IMPLANTAÇÃO	1960	
CAMPUS	Paranaguá	
CENTRO DE ÁREA	Ciências Humanas, Biológicas e da Educação	
CARGA HORÁRIA	Em horas/aula: 3.840	Em horas/relógio: 3.200
HABILITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Licenciatura	<input type="checkbox"/> Bacharelado
REGIME DE OFERTA	<input checked="" type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas semestrais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto).	
PRAZO PARA INTEGRALIZAÇÃO	Prazo mínimo de 04 (quatro) anos e prazo máximo de 06 (seis) anos para integralizar o curso.	

1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE		
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO/VAGAS POR PERÍODO	<input type="checkbox"/> Matutino <input type="checkbox"/> Vespertino <input checked="" type="checkbox"/> Noturno <input type="checkbox"/> Integral	Número de vagas: Número de vagas: Número de vagas: 40 Número de vagas:

2. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

- ✓ DE CRIAÇÃO DO CURSO (Lei, Resoluções SETI, Resoluções COU/CEPE):
- ✓ DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO (Decreto, Resoluções SETI, COU, Parecer CEE):
- ✓ Autorização pelo Parecer 620/59 de 14 de dezembro de 1959 e Decreto 109 de 03 de julho de 1964
- ✓ DE RECONHECIMENTO DO CURSO (Decreto, Portaria, Resoluções SETI, Parecer CEE):
 Reconhecido pelo Parecer nº 47.667 de 19 de janeiro de 1960 e Decreto 54.355 de 30 de setembro de 1964.

- ✓ Matriz Curricular aprovada pelo Parecer 514/08, de 08 de agosto de 2008 e Decreto n° 3821, de 19/11/2008 – DOE n° 7853, de 19/11/2008.
- ✓ Renovação de Reconhecimento pelo Parecer n° 36/2016 do Conselho Estadual de Educação do Paraná e Decreto n° 4909 de 26 de agosto de 2016.
- ✓ LEGISLAÇÃO BÁSICA (Diretriz Curricular Nacional do curso (Parecer e Legislação que regulamenta a profissão do CNE, resoluções afins à formação):
- ✓ Ministério da Educação – Conselho Nacional da Educação – Câmara Superior de Educação – Parecer 492/2001. Diretrizes Curriculares dos Cursos de História.
- ✓ Ministério da Educação – Conselho Nacional da Educação – Resolução n° 2 de primeiro de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

JUSTIFICATIVA

Projeto para **alteração do projeto pedagógico de curso em funcionamento**, justificar a necessidade de alteração;

‘A História é filha de seu tempo’. Da mesma inquietação propalada por Lucien Febvre ainda no início do século XX, é que emerge a necessidade da alteração do Projeto Pedagógico do curso de História da UNESPAR – *Campus* de Paranaguá. Criado em 1964, com a modalidade de Licenciatura, o curso de História de Paranaguá teve, como função histórica, preparar profissionais para as chamadas Escolas Normais. Visava-se, portanto, formar quadros dos então, avocados educadores para atuar nos sistemas de ensino.

Entre o início da década de 1960 e o início do século XXI, o mundo se transformou rapidamente de uma bipolaridade ideológica para uma avassaladora globalização neoliberal, portadora de um discurso privatista que pretende impor à sociedade a concepção do capital humano. Nesse período, a sociedade brasileira sofreu profundas mudanças. Foi um período que ficou conhecido como “inversão brasileira”. O país, cuja população era em grande parte analfabeta e concentrada na zona rural, tornou-se maciçamente alfabetizada e urbana. As mulheres ganharam o mercado de trabalho, os bancos escolares e, paulatinamente, assumiram a maioria das chefias das famílias. A expectativa de vida ao nascer quase dobrou

e a estrutura populacional se modificou radicalmente com o aumento da população idosa e a diminuição dos nascimentos.

O Paraná figurava no cenário nacional das primeiras décadas do século XX como um Estado dependente das rendas do café. A partir dos anos 1960, o Paraná se industrializou e diversificou sua produção agrícola e industrial. E, em fins do século XX, novos desafios sociais, culturais, científicos, tecnológicos e econômicos, levaram os Governos Estaduais a investir no ensino superior. O período entre o final da década de 1960 e início da década de 1970 foi marcado por investimentos no ambicioso projeto político de criação de uma rede de Universidades Estaduais

Este projeto se ampliou ao longo das últimas décadas do século XX concorrendo à criação da UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná, uma Universidade multicampi e multirregional com abrangência em diversas e distantes regiões do Estado do Paraná.

Decorrente desse processo, em 2001, foi criada a então Universidade Estadual do Paraná através da LEI nº 13.213, a qual absorvia diversas Faculdades isoladas que perfilhavam o território paranaense.¹ Essa ação política absorvia Instituições públicas de ensino superior as quais visavam a formação de profissionais em diversas áreas de atuação. A união daquelas Instituições isoladas levaria pelo menos 11 anos para que viesse nascer de fato a então Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.

A antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Paranaguá – FAFIPAR, onde o curso de História se alocava, necessitava, portanto, repensar o amplo conjunto de suas práticas bem como a formação pedagógica oferecida pela Licenciatura em História. E, nesse sentido é que ao longo do processo de credenciamento institucional da UNESPAR, o Curso de História vem tecendo esforços no sentido de resignificar suas práticas, o que foi um grande desafio, pois, a concepção filosófica da nova Instituição, que um dia fora Faculdade

¹ A Unespar é constituída pelos seguintes *campi*:

Campus de Apucarana - Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana

Campus de Curitiba I – Escola de Música e Belas Artes

Campus de Curitiba II – Faculdade de Artes do Paraná

Campus de Campo Mourão - Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão

Campus de Paranaguá - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá

Campus de Paranaíba - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba

Campus de União da Vitória - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória

Escola Superior de Segurança Pública da Academia Militar do Guatupê, em São José dos Pinhais, vinculada academicamente à Unespar

isolada, necessitava, portanto ser refabricada.

Fato é que o ano de 2004 marcou o nascimento institucional do Projeto Político Pedagógico do curso de História da Universidade Estadual do Paraná - *Campus Paranaguá*. E, ainda que voltado para os importantes pilares que fundamentam uma Universidade, tais como ensino, pesquisa e extensão, cuja base postulava ainda a cidadania, o conhecimento, científico e tecnológico; bem como a formação acadêmica de excelência e a Universidade como agente de transformação social, o texto filiava uma ação pedagógica voltada para o modelo / perfil que ele prescreveu cuja essência era então, pautada no binômio ensino-aprendizagem.

Tal discurso pedagógico, portanto, em que pesem os avanços do novo *status quo*, no contexto de 2004 possui essa particularidade. Reestruturado em 2004, o PPC do curso de História passou então a se propor a formar “cidadãos conscientes de valores éticos, estéticos, culturais, sociais e espirituais, concatenados com os valores humanísticos-democráticos”. Nessa direção o professor consistia no sujeito que ensinava o aluno a aprender história. “Reconhecendo tais princípios como uma necessidade, o PPC procurava capacitar ‘educandos’ como profissionais competitivos no mercado de trabalho”. Já quanto ao perfil do egresso, o documento visava o sujeito ‘educador’ como sendo um professor formado como cidadão-trabalhador apto a enfrentar, dentre outros desafios, aqueles provenientes dos problemas da aprendizagem.²

Por outro lado, no conjunto daquele mesmo texto, o curso deveria organizar suas ações visando a aprendizagem, cujo ensino deveria se organizar em função da realidade dos alunos e do desenvolvimento dos seus valores e hábitos de estudo e reflexão. A matéria é o conteúdo cultural da aprendizagem, o que também carregava a perspectiva de que visão da humanização do sujeito educando, discurso que revela que a atividade de ensinar, nessa dita ordem dos fins, propõe-se uma educação voltada para “a aprendizagem adequada aos alunos, que os possa preparar para a vida, incluindo aí o mercado de trabalho.”³

Percorrer o enredo desse texto nos leva a compreender o movimento de criação do discurso pedagógico do curso de Licenciatura em História da UNESPAR - *Campus de Paranaguá*. Assim sendo, da exigência de reformulação do currículo do curso de história em

² PPC Curso de História – UNESPAR – *Campus de Paranaguá*. p. 4.

³ Ibidem.

conformidade com as novas Diretrizes Institucionais. No ano de 2004, o Colegiado foi instado a fazer uma intervenção no currículo da então vigente Faculdade, resultando na mudança do centro de gravidade do curso para a formação de professores pautados no tripé ensino-pesquisa-extensão, sem, no entanto, mudar significativamente o foco da concepção da formação do novo profissional do ensino da história. Esse sujeito, ainda que inserido em um novo universo institucional, tinha sua identidade afixada no atributo educando.

Sem renunciar à sua vocação histórica para a formação de professores, e muito menos renunciar ao domínio do patrimônio cultural que chamamos de educação, prática que fundamenta a criação dos saberes acadêmicos e dos processos educativos de seus atores e de seu contexto, o Projeto Pedagógico do Curso de História da UNESPAR - *Campus* Paranaguá, deve ter agora sua concepção reelaborada e expandida para as demandas da contemporaneidade e, portanto, responder às inquietações de seu tempo presente.

Nessa direção, desde que se iniciou o processo de credenciamento da Universidade Estadual do Paraná, essa Universidade *multicampi*, vem, dentre outras demandas, buscando gerar condições legais e pedagógicas para sua consolidação.

No ano de 2015, a despeito da conjuntura política desfavorável que se vivia, importantes esforços foram deflagrados em busca de uma identidade Institucional. Dentre eles, o lançamento, pela Pró-Reitoria de Graduação, do Programa de Reestruturação dos Cursos de Graduação da UNESPAR. Em seus distintos momentos esse programa tem buscado um processo de análise diagnóstica, construção, discussão e implantação de novas matrizes e organizações curriculares, pautadas nos desafios da atualidade e, portanto, pautada nas problemáticas da história recente do país.

Enfim, desde que a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) se instala como Instituição *multicampi* e multirregional, criada pela Lei Estadual nº 13.213, de 25/10/2001, das sucessivas alterações da legislação levada a cabo pelas Leis Estaduais nº 15.300, de 28/09/2006 e nº 17.590, de 12/06/2013 e credenciada pelo Decreto nº 9538, de 05/12/2013, o momento presente caracteriza-se como uma oportunidade desafiadora, o que aumenta a responsabilidade e o compromisso social do Colegiado do Curso de História do *Campus* Paranaguá.

Com o intuito de estabelecer um novo projeto pedagógico, 12 anos após a elaboração

das diretrizes que fundamentaram em 2004 o PPC ainda em vigor no Curso de História da UNESPAR – *Campus* de Paranaguá somos desafiados a repensar suas bases epistemológicas não só como exigência burocrático-institucional, mas como um compromisso político com a criação de saberes científicos pautados na pluralidade teórica e metodológica e na laicidade de seus discursos.

O Colegiado foi instado a fazer uma intervenção no currículo então vigente, mudando o centro de gravidade do curso para a formação de professores da Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) e, sujeitos esses preparados para lançar fileiras junto aos enfrentamentos sociais vivenciados em nossa história recente.

Elaborar um novo documento que venha a definir a amplitude da atuação do curso de História da UNESPAR - *Campus* de Paranaguá como lugar de luta pela melhoria da sociedade à medida que encampa bandeiras políticas e sociais contemporâneas é o desafio do PPC que ora propomos.

Procurar a historicidade dos conceitos que permeiam nossa prática pedagógica, enredados, portanto, na sua própria trama de significados é outro recurso importante posto que os conceitos não são autoexplicativos. Deixar claro o lugar de onde os conceitos são provenientes será, portanto, uma tarefa que o novo PPC do Curso de História lançará mão. Esse expediente é uma necessidade, pois o historiador é aquele que desnaturaliza a sociedade e, portanto os conceitos criados por ela. Da mesma forma que os documentos não carregam a História, os conceitos não falam por si. Por isso que o PPC, ao destacar, dentre outros, a obrigação com a construção do cidadão, buscamos edificar o sujeito de direitos, ou seja, um agente na transformação do meio em que se insere, incluindo aí a própria Universidade e, por extensão, a sociedade. Acreditamos na formação de um cidadão que não se veja na dicotomia indivíduo-sociedade. Portanto, superar os antigos postulados do PPC que se criou em 2004, e que, portanto atendia aquelas demandas, é nosso compromisso. Vivemos outro tempo.

A realidade que se volta cada vez mais para os interesses de mercado, interesses esses que colocam em xeque a autonomia Universitária e propõem a inserção dos setores privados junto às ações educativas em todos os níveis de ensino. Dessa tensão, aspiramos um PPC que apregoe acadêmicos como sujeitos de direitos comprometidos com a desconstrução dos interesses de mercado, sujeitos de uma luta, mesmo que em pé de desigualdade, contra os apelos mercadológicos da profissão: um sujeito de direito e, portanto, ávido por viver em um

Estado democrático de direito. Portanto, sujeito que lutará por fazer da Universidade em que estuda um espaço também democrático e plural. Legitimar a democracia e os direitos humanos de forma muito clara.

É, portanto, de uma identidade que estamos tratando, e é sobre ela que reside a nova proposta de PPC do curso de história que estamos colocando a público. Por fim, é no conjugado entre o processo de internacionalização dos direitos humanos e da nova concepção de cidadania já introduzida pela Constituição Federal de 1988 que tratará o novo PPC. Buscar delinear qual o papel do curso de História que se enreda na trama de uma recém-nascida Universidade e por consequência da educação no ensino superior em relação aos direitos humanos, e quais as maneiras de se delinear, de forma sólida, além dos princípios éticos que nos cercam, uma verdadeira cultura de direitos humanos no meio acadêmico e, por consequência, na sociedade é, portanto, nossa provocação.

A mudança se faz necessária a fim de impulsionar os princípios da isonomia e da tolerância e de ações efetivas contra o racismo, o sexismo, a homofobia, a lesbofobia, a transfobia, a xenofobia e qualquer outra forma de ataque à dignidade da pessoa humana, conforme disposto pela Conferência de Durban em 2001.⁴ Temas da nossa realidade social e que perfilham os bancos escolares, espaços esses em que os futuros profissionais da educação formados pelo Curso de História do *Campus* de Paranaguá estarão inseridos e nos quais deverão enfrentar tais temas sem perder de vista referenciais teóricos apropriados.

Um curso costurado por essas questões, visando à formação de professores-pesquisadores e, portanto, sujeitos capazes de operar com consciência crítica as ações da sociedade e do Estado, auxilia no desenvolvimento da capacidade dos acadêmicos pensarem para ‘além da curva’. Formar professores pensantes e alimentar as práticas da laicidade, da produção de saberes pedagógicos-científicos, ou seja, desse novo profissional do ensino de história.

Estamos, portanto, buscando a formação de educadores do ensino de história que tenham a capacidade de operar os conteúdos como historiadores que de fato são, pois a Universidade é ‘campo de saber científico’, ‘lugar social’ e de ‘luta em prol da equidade de

⁴ **Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.** África do Sul, Durban, 2001, p. 1-71.

gênero’, ‘espaço democrático e de direitos’, ‘espaço que trilha fileiras contra os racismos’, enfim, espaço do fazer pedagógico comprometido com o coletivo das demandas que apresentamos.

Em função disso, um novo PPC para o curso de História da Universidade Estadual do Paraná - *Campus* Paranaguá se faz necessário, ou seja, a partir de um mirante temporal que anuncie as inquietações contemporâneas do nosso campo e que expresse o que estamos falando do nosso lugar, embora permeados, ao mesmo tempo, por diferentes visões de mundo, leituras e interpretações do que seja História. O Colegiado de História da UNESPAR - *Campus* de Paranaguá assumiu, dessa forma, a responsabilidade de refletir sobre o desafio de fomentar, na formação do professor-pesquisador um padrão mais exigente de competência teórica e profissional, que evitasse as limitações e as inconsistências da antiga formação dos educandos como sujeitos que aprendem e professores como sujeitos que ensinam’.

A política de responsabilidade social na UNESPAR baseia-se no conceito de “instituição pública, gratuita e de qualidade, cuja identidade se caracteriza pelo compromisso social, os valores da liberdade, justiça social, cidadania, educação, identidade, responsabilidade, integração, pluralidade e ética buscando um planejamento de ações com vistas à promoção da inclusão social, desenvolvimento humano, social e integral, desenvolvimento econômico, respeito ao meio ambiente e à cultura”. (PPI-UNESPAR, 2012, p. 13-14).

Além dessas questões é urgente que tracemos um novo PPC a fim de atender as prescrições da LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, lei que alterou a LDB (Lei Diretrizes e Bases) e instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África, dos africanos e da Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão visava corrigir uma dívida histórica em relação aos negros como sujeitos criadores e construtores da formação da sociedade brasileira. Essa diretriz, já estabelecia o ensino como prática que deveria se pautar em três princípios: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e às discriminações. Tais princípios, infelizmente ainda não encontravam desdobramentos no PPC formulado em 2004 do curso de História sendo uma bandeira que deve ser empunhada agora pelo curso de História da UNESPAR - *Campus* de Paranaguá.

Se por um lado a LEI 10.639 sancionada em 2003 instituiu o ensino da Cultura e

História Afro-Brasileiras e Africanas, por outro, a lei 11.645/08 regulamentou a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todos os níveis de ensino. Portanto, a fim de dar conta do que destaca essa legislação, enfim, visando a historicidade e a legitimidade de negros e indígenas através do estudo da história da África e dos africanos, da luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, da cultura negra e indígena brasileira e esses como agentes da identidade brasileira é que se faz pertinente reformular o PPC do curso de história da UNESPAR – *Campus* de Paranaguá atualmente vigente.

Entretanto, constatamos ainda a fragilidade do PPC no que se refere aos subsídios teóricos e práticos que realmente favoreçam à formação de professores para trabalhar outra demanda contemporânea importantíssima. Referimo-nos à Educação Ambiental na educação básica, que possa assumir uma postura teórico-prática de fato, transformadora.

A Educação Ambiental que possa fornecer instrumentos para a coletividade ampliar discussões, o controle social e a conscientização das ações em relação às questões ambientais. Fica, portanto, evidente a necessidade de uma revisão da abordagem das questões ambientais, nas universidades focadas principalmente na formação de professores com vistas a atender as atuais exigências que se colocam para essa área da educação.⁵

Na esteira dessa preocupação de uma nova prática pedagógica, outro desafio é constituir um Curso de História atento ao ambiente cultural no qual se insere e para tanto um dos desafios é tecer práticas pedagógicas costuradas pelo conceito de educação patrimonial, um instrumento e uma metodologia de conhecimento da cultura, que incentiva a leitura do mundo que nos cerca, de nossas relações com nosso ambiente. Ou como define o IPHAN (2014): “a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação

⁵ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural.”⁶

Portanto, permeado por essas proposições que dizem respeito aos desafios pedagógicos, o novo PPC caminha no sentido de rever, ampliar e inovar no campo da gestão do saber, articulação essa, que engloba, ainda, a inerência do compromisso social da UNESPAR”. (PPI-UNESPAR, 2012, p. 19).

CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

- ✓ Fundamentação teórica e princípios norteadores do curso, da formação profissional;
- ✓ Binômio teoria-prática, considerar os princípios gerais e finalidades expressas no PDI e PPI;
- ✓ Contemplar neste item, de maneira explícita, as demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental da região na qual o curso está sendo ofertado;
- ✓ Nos objetivos específicos, descrever os objetivos baseados nas ênfases que diferenciam os cursos nos diversos campi – se houver.

A formação de professores de história em diferentes épocas e lugares esteve marcada pelas finalidades da educação e do ensino. Os cursos de história no país tem sua trajetória marcada por um tempo e lugar específicos. Nos anos 1930 e 40 os pressupostos que marcavam a prática dos saberes na época concebida como modelo tecnicista de formação de professores. Padrão esse, fundado na concepção de que a finalidade do ensino consistia na transmissão de conhecimentos. Cabia ao acadêmico, um papel passivo junto aos saberes que lhe era transmitido.

A reforma universitária de 1968 concorreu para o aprofundamento de tal prática modelar. O isolamento entre teoria e prática materializava-se na constituição de espaços separados: um para a formação teórica na área disciplinar e outro para a formação pedagógica, onde a oferta de disciplinas de práticas de ensino (Estágios) ficava a cargo das faculdades ou departamento de educação/pedagogia. Tratava-se do chamado modelo “3+1”, conforme postulado por Cerri (2013). Esse consistia em três anos de estudos teóricos

⁶ Citação extraída da página Institucional do IPHAN. In: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acessado em Agosto de 2016. Destaco que as diretrizes que trata a citação foram consolidadas nos seguintes documentos: *Carta de Nova Olinda* (2009), *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural* (2009) e *Documento do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial* (2011).

dedicados à área específica acrescido de um ano de formação pedagógica, ao final dos quais o estudante deveria estar apto ao enfrentamento da sala de aula. Tal padrão, ao estabelecer a distinção entre licenciatura e bacharelado, asseverava a dicotomia ensino e a pesquisa nas universidades e por sua vez, também na formação de professores.

Assim, academicamente nasciam os licenciados em história. Grupo cuja formação estritamente técnica/pedagógica não lhe permitia o diálogo historiográfico e o conhecimento teórico - conceitual necessário ao ensino escolar. Os bacharéis, por sua vez, consistiam em um grupo seletivo, ou seja, sujeitos aparelhados para a produção do conhecimento. A esse grupo cabia então a investigação, a análise, a problematização das fontes e enfim, a escrita da história.

Por sua vez, disciplinas, tais como a didática da história definia-se fora dos estudos históricos, já que ministrados por profissionais da área pedagógica. A essa disciplina acadêmica, coubera nesse contexto, o estatuto de uma disciplina voltada para as chamadas técnicas pedagógicas. Contudo, desde a década de 1930, os debates acerca da inclusão da pesquisa no campo da formação de professores já eram recorrentes. Contudo, somente a partir dos anos 1960 e 1970 é que emergem estudos que apontavam para a superação da dicotomia ensino-pesquisa, modelo esse que instaurava dada racionalidade técnica na formação de professores. Nesse contexto, as pesquisas desenvolvidas por Lawrence Stenhouse e John Elliott acabaram por desencadear um movimento que apregoa 'professores como pesquisadores', em oposição àquelas visões anteriores. (PEREIRA, 2001).

Após a ditadura civil-militar, as transformações processadas no ensino de história somaram-se às mudanças historiográficas, às novas concepções sobre a formação docente e os saberes escolares e à nova regulamentação dos sistemas educativos que incidiu diretamente nos conteúdos, objetivos e métodos de ensino. A publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997-1998) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (2002) estimularam discussões na Universidade Pública sobre a necessidade de reformulação e flexibilização da formação docente, visando assim o aprimoramento da formação docente.

As novas concepções pedagógicas acrescidas das novas exigências curriculares propalava um ensino de história que viesse a contribuir na formação de sujeitos críticos transformadores da realidade. Agentes na solução de problemas de sua comunidade, na luta

pela valorização do patrimônio sociocultural próprio e de outros povos, no respeito às diferenças culturais, visando evitar qualquer tipo de discriminação e exclusão social, eis o perfil do novo profissional da educação propalado pela política governamental da época. (BRASIL, 1998).

Nesse enredo, os anos 1990 colocaram na mesa a preocupação com a cidadania, expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais, vincada pela convicção de que o indivíduo deve se compreender como sujeito atuante nos processos políticos, em todos os níveis de ação social e de governo. A existência dessa preocupação evidencia tanto a estranheza e o distanciamento de grande parte da sociedade brasileira em relação à democracia, quanto o fato de que tal princípio ainda merece ser legitimado. De lá para cá assistimos mudanças na sociedade brasileira, ao passo que as propostas educacionais se mantêm as voltas com a promoção da consciência, dos direitos e da participação política.

Destarte, enquanto os Parâmetros Curriculares Nacionais preconizam consciência, direitos e participação política, estes são solapados pela violência que o Estado brasileiro, e também de setores neoliberais que promovem discursos em prol da falência da educação pública ameaçando esse direito constitucional a pouco conquistado em nossa história recente. Essa situação paradoxal faz que o aprimoramento da democracia no Brasil dependa, por um lado, de maior persistência no tempo e, de outro, do atendimento de muitas necessidades sociais, decorrentes, por exemplo, da imensa desigualdade e da extrema concentração de renda. Entre essas necessidades figura, também, uma necessária pedagogia democrática e democratizadora do Estado e da sociedade, indutora de valores e comportamentos e que lhes dê consistência e robustez histórica.

A percepção e a compreensão dessas dificuldades que insistem em obstaculizar as mudanças sociais, necessárias ao enraizamento da democracia no Brasil, necessitam ser alcançadas por pensamentos e práticas críticas, persistentes e rigorosas. Construir um novo PPC é indagar a respeito dos limites e das possibilidades da cidadania e da democracia no Brasil e submeter a uma rigorosa apreciação crítica a formação dos futuros professores-pesquisadores. Fazer do Curso de História da UNESPAR – Campus de Parangará um empreendimento renovador e que se efetive na teia do tripé ensino-pesquisa-extensão que sedimenta a Universidade.

Ou seja, novas demandas para a cidadania, do sujeito pensante e participativo, que

confere aos estudantes e, também, aos professores, uma posição ativa, reflexiva, dialógica e produtiva diante dos conhecimentos a serem apreendidos na escola, foram as questões propositivas daquelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (CNE, 2002). No Brasil, essa proposta de formação é recente, e podemos dizer que ainda está em processo. Da mesma forma, ainda caminhamos para a legitimação de ações educativas que realmente façam a diferença, que permitam aos acadêmicos o pensamento crítico, valendo-se de uma sólida formação, pretendemos esse professor-pesquisador como agente empoderado por uma base historiográfica e conceitual sólida, forjada em um ambiente acadêmico plural, democrático e laico.

Tais princípios pressupõem professores que se constroem em pesquisadores por uma prática que nasce de ‘um lugar’ específico que é o campo da história. Os professores, são agentes de criação inseridos em um campo e, portanto, lugar, conforme os postulados de Certeau e Bourdieu. Esses sujeitos criativos sistematizam novas ações educativas, recriando, assim, os conteúdos do ensino, como sendo o produto de um discurso histórico e não a totalidade da verdade. Entendendo os conteúdos como narrativas historiográficas e suas ações como práticas sociais engendradas em meio às regras do campo historiográfico, concorrem assim, para a desnaturalização das verdades inseridas nos livros didáticos, por exemplo. Nesse movimento, pretendemos um profissional da educação forjado pelo conceito de “professor pesquisador” e “professor reflexivo” que compreenda e atue na fabricação dos saberes históricos do nosso tempo presente.

É, portanto, com base no coletivo das colocações até aqui destacadas e também com base na concepção de que a Universidade é ‘campo de saber científico’, ‘espaço democrático e de direitos’, ‘lugar para a luta em prol da equidade de gênero’, ‘ambiente de ‘laicidade’, de ‘combate aos racismos’, e *locus* de identidades plurais e portanto de legitimidade aos direitos humanos que o Colegiado propõe revisar o PPC para esse coletivo de bandeiras – sempre políticas - da contemporaneidade.

Foi ainda no bojo das prescrições da LDB e dos PCN’s, que o Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em História da UNESPAR - *Campus* de Paranaguá se reformula com o compromisso de formar professores-pesquisadores para atuação em uma escola voltada para formação de cidadãos plurais e, portanto, como sujeito de direitos como porta de entrada para o fortalecimento e a qualificação da universidade pública como núcleo

dinâmico de reflexão crítica, de pesquisa e de atuação na comunidade.

O Campus de Paranaguá, unidade que abriga o curso de história que apresentamos, se insere em uma região geográfica que congrega 7 municípios do litoral paranaense e conta com uma população de 256.933 habitantes. Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, compreendem o coletivo dessa municipalidade, a qual tem como principais fontes econômicas as atividades portuárias, praiano-turísticas, agricultura e pesca. No que tange ao Município de Paranaguá, destacam-se aquelas atividades ligadas ao Porto. (IPARDES, 2015). Na área da educação, o litoral paranaense possui 86.175 matrículas nas escolas públicas e apenas 7.156 em escolas particulares, esses dados mostram que a grande maioria da população que vive no litoral paranaense depende exclusivamente do ensino público. (DENARDIN, et. all, 2012). Segundo a base de dados censitária, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos sete municípios que compõem o litoral paranaense são os menores do Estado. Para termos clareza das dimensões intervencionistas quer seja no ensino, na pesquisa ou nas ações extencionistas é fundamental que reconheçamos esse fato.

Essa marca de sociedade não pode ser ignorada, pois ao mesmo tempo em que nos dá o limite geográfico, dá também a dimensão das novas ações educativas a serem empreendidas nesse novo PPC. A Universidade e o Curso de História da UNESPAR - *Campus* de Paranaguá deverá assumir que é parte dessa realidade e que nela deve intervir.

É indiscutível que se lance no enfrentamento dessa realidade com ações visando o empoderamento de sua coletividade. Para tanto, o curso de história deve caminhar na direção das demandas sociais de seu território litorâneo. Para tanto, na esteira do PPI da UNESPAR, o PPC assume uma perspectiva que abriga a realidade da classe trabalhadora, a multiplicidade das necessidades sociais e as múltiplas identidades que perfilham seus sete municípios de abrangência. Para tanto, a aproximação com as realidades escolares e das comunidades local e regional, devem ter no PPC o encontro para o desenvolvimento de projetos educativos vinculados às demandas sociais da coletividade envolvida na área de abrangência do Curso de História da UNESPAR - *Campus* de Paranaguá.

O acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior dependem de vários fatores. Em primeiro lugar, depende de uma política pública consistente que garanta o transporte escolar gratuito, especialmente para os alunos que se deslocam de outros

municípios da região para o município de Paranaguá. Hoje esse transporte depende da boa vontade das Câmaras Municipais e das Prefeituras da região e a UNESPAR – Campus de Paranaguá está em constante diálogo com essas prefeituras para que haja continuidade no serviço de transporte, porém a continuidade do serviço sempre é colocada em questão, gerando apreensão nos alunos que dele dependem.

Outra questão fundamental para garantir a permanência dos estudantes no ensino superior é a existência de um restaurante universitário que garanta refeições balanceadas a um preço subsidiado. Embora seja uma reivindicação antiga, infelizmente o Campus de Paranaguá não conta com um restaurante universitário. Também se faz necessário um programa consistente de moradia estudantil, pois com o acesso à UNESPAR pelo ENEM, muitos estudantes de regiões distantes se veem obrigados a arcar com os custos proibitivos de moradia, o que acaba contribuindo para a evasão.

Dentre as ações voltadas ao acesso e permanência dos estudantes no ensino superior considerando o público atendido pela Unespar ser majoritariamente de alunos trabalhadores podemos destacar as seguintes ações do Curso de História da UNESPAR – Campus de Paranaguá:

- 1) Eliminação das aulas aos sábados, pois muitos alunos trabalham nos sábados e não podem frequentar, esse fato tem contribuído para o aumento da evasão. Assim, as aulas serão ministradas apenas no período noturno durante a semana e, as aulas que, por ventura, ficarem lotadas nos sábados, serão as aulas de campo que já são feitas nos domingos.
- 2) Incentivo ao desenvolvimento de projetos de Iniciação Científica, Iniciação à Docência e Extensão com bolsas, que ajudem a manter os alunos no Curso.
- 3) Incentivo ao Programa de Monitoria Acadêmica no máximo de disciplinas, com ênfase naquelas disciplinas que o Colegiado do Curso de História da UNESPAR – Campus de Paranaguá entender mais necessário.

Como parte desse processo coletivo de pensar a prática docente, acreditamos na viabilidade e necessidade de inserir reflexões acerca das diversidades culturais, compreendendo que as formas de fabricações do meio social, político e econômico são processos sociais que se engendram em meio a tensões e conflitos. Do mesmo modo visamos

às questões étnico-raciais, dialogando com as diferentes práticas culturais, ou seja, crenças, hábitos, costumes, valores diversos e díspares da realidade cada vez mais dinâmica e fluida. Ao abordar tais temáticas com vistas à compreensão de seus processos constitutivos visamos fomentar a prática da tolerância e alteridade entre a coletividade acadêmica.

Para maior dinamização desse entrecruzamento, propõe-se a organização de uma matriz curricular flexível que atenda às novas tendências historiográficas, o enfrentamento do multifacetado mercado de trabalho e à profissionalização do professor-pesquisador, sujeito a quem se dirige o curso.

É, pois, necessário engendrar a articulação entre o ensino-pesquisa-extensão, implantar um processo de trabalho que leve à criação, consolidação e desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, tendo em vista a dinâmica social em que o curso se insere: população litorânea trabalhadora e plural. Definir-se-ão, também, conteúdos com respectivas metodologias adequadas à nova matriz curricular, às novas disciplinas de ordem legal e aos pressupostos da essencial integração ensino-pesquisa-extensão.

Com esses e os demais expedientes acima destacados pretendemos eliminar a falaciosa separação entre licenciatura e bacharelado; a Universidade deve formar o professor/historiador capaz de atuar em todo e qualquer campo em que o conhecimento de História deva ser aplicado, elaborado e reelaborado; conforme a necessária de superação da distância entre ensino, pesquisa e extensão, coerente com um novo perfil do curso que se quer e com a inerente ligação entre o saber e o ser plural que se desdobra na ligação entre o conhecer e agir, teoria e prática, discursos históricos (conteúdos) e técnicas.

A “prática como componente curricular” deve, portanto ser contemplada no rol das disciplinas como porta de entrada para a pesquisa com fontes históricas, materiais didáticos e práticas de ensino de história. A pesquisa em arquivos históricos, o levantamento e análise de documentos históricos, a criação de *sites*/acervos/museus/repositórios digitais, a análise de livros didáticos, a observação de aulas de história na Educação Básica e a elaboração de planos de aula e materiais didáticos são atividades que pretendemos desenvolver no âmbito das disciplinas em prol da formação de professores-pesquisadores capazes de produzir conhecimentos históricos (acadêmicos e escolares) e também problematizar os processos de ensino e difusão dos discursos históricos na sociedade.

Da mesma forma, além da “prática como componente curricular”, presente no programa das disciplinas do curso de graduação história da UNESPAR - *Campus* Paranaguá, o Conselho Nacional de Educação (CNE, 2015) estabeleceu normas para o Estágio supervisionado.

Diante das demandas de nosso tempo presente, portanto, visamos à implantação de processos de criação de saberes e, que esses saberes, levem à criação, consolidação e desenvolvimento de atuação na extensão universitária; a criação de linhas de pesquisa, voltadas para as demandas regionais sem perder de vista é claro, a história do próprio pesquisador. Desse modo, o novo PPC propõe um novo currículo que corresponde ao que as Diretrizes estabelecem como a “prática como componente curricular”.

Objetivos:

Visando a formação dos profissionais do ensino de história comprometidos com um projeto político, pedagógico e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação, (RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015), o Curso de História da Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR - *Campus* de Paranaguá tem como objetivos:

- Desenvolver o professor-pesquisador, sujeito forjado pela articulação entre a teoria e a prática fundado, portanto no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Formar o professor-pesquisador, como trabalhador da educação e profissional da história com condições de desenvolver habilidades para trabalhar com as mais variadas fontes documentais (textuais, iconográficas, cartográficas, audiovisuais, etc.), sejam como objetos de pesquisa histórica ou como recursos didáticos escolares;
- Constituir o professor-pesquisador como sujeito que conhece as interpretações

historiográficas das chamadas escolas historiográficas, de modo a interpretar os discursos no interior das narrativas históricas e pedagógicas como uma narrativa historiográfica enredada na teia própria de sua temporalidade;

- Trabalhar em prol do desenvolvimento de um professor-pesquisador que transite pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento construindo uma prática transdisciplinar;
- Desenvolver a produção do conhecimento e sua difusão nos espaços acadêmicos, mas também em Instituições de ensino, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural, possibilitando múltiplas formações em formas de extensão universitária que caracterizam a formação desse profissional, o professor-pesquisador;
- Convergir para a formação do professor-pesquisador como aquele que reconhece que as manifestações culturais como um universo de atividades representativas da vida social e econômica da comunidade, não apenas no que se refere às tradições, como também às formas de incorporação, interpretação e recriação de padrões de comportamento.

METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- ✓ Discorrer sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e sua implantação no curso;
- ✓ Especificar as metodologias de ensino e os procedimentos metodológicos, em consonância com os fundamentos teóricos apresentados;
- ✓ Conceituar o que o curso entenderá como atividades práticas como componente curricular, bem como atividades extensionistas.

Um dos importantes componentes que norteiam essa reformulação considera como essencial a superação da dicotomia ensino-pesquisa e ensino-extensão, noção clássica que parte da separação tida como intrínseca entre o professor que trabalha em sala de aula, o pesquisador que mergulha em livros, documentos, arquivos (bacharel) e do extensionista envolvido com a comunidade; a falta de entrosamento entre os três níveis de ensino, através da adequação dos conteúdos das disciplinas a um novo profissional de História. Deste modo,

a nova proposta assume um modo peculiar ao articular tais conteúdos com a produção historiográfica e com os múltiplos diálogos que a história estabelece com outras ciências.

Com efeito, a concepção de ensino superior disposta no artigo 207 da Constituição Federal, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, consagra uma luta histórica dos movimentos sociais (de educadores, de docentes, da comunidade científica, de estudantes e da sociedade civil organizada em geral) em defesa da liberdade acadêmica e de autogestão (Catani e Oliveira, 2002, p. 78)

Tão logo aprovada Carta Constitucional de 1988, no entanto, inúmeras foram as tentativas de retirar o art. 207, através de emendas constitucionais, uma vez que o padrão de qualidade exigido por este artigo feria interesses políticos e econômicos tanto dos setores públicos como privados. Embora frustradas essas tentativas, a Lei de diretrizes e Bases da Educação, já estabelecia no ano de 1996 a bandeira da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão como pressuposto básico para uma nova dimensão de currículo, cuja flexibilização surge como uma necessidade.

Por sua vez, o debate sobre a importância da flexibilização curricular no âmbito da Educação Superior tem importantes referências. Dentre elas, a análise sobre a dimensão que assumem os currículos, pressupondo o emprego de uma dinâmica flexível, na qual a interdisciplinaridade e a participação do estudante são fundamentais para a construção da formação crítica e investigativa, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população brasileira e para a conquista da cidadania plena (Art. 53 / LDB – 1996). Destarte; uma nova estrutura curricular que abandone as práticas vigentes de caráter instrucionista, o número excessivo de créditos e de disciplinas encadeadas deve ser enfrentado de frente a fim de levar a cabo não só as prescrições da referida lei, mas também para contemplar as problemáticas de nosso tempo presente.

É fato que além da definição do conceito de extensão, a flexibilização curricular já era um tema de discussão, no tocante à inserção dos estágios curriculares como atividade extensionista (MEC/SESu, 2006, p. 22). Essa questão não pode ser omitida no novo processo de criação do Projeto Pedagógico para o curso de História da UNESPAR - *Campus* Paranaguá posto que, ensino, pesquisa e extensão, em sua dimensão utópica, temporal e histórica, tem um papel enorme enquanto horizonte que nos move em direção a um projeto

de Instituição socialmente referenciada, podendo constituir-se em instrumento teórico e político a orientação da prática social, na busca pela emancipação da sociedade e da universidade atual.

A legislação federal estabelece um conjunto de componentes curriculares fixos, mas, ao mesmo tempo possibilita a inserção de outros, com caráter optativo, que podem ser desdobrados em disciplinas, compondo o currículo pleno. Assim sendo, a estrutura curricular prevê o ordenamento da matriz em disciplinas obrigatórias e tópicos especiais. Estes tratam de temas a serem ofertados segundo as linhas e projetos de pesquisa, os quais se veiculam aos docentes do Colegiado do Curso de História da UNESPAR, *Campus* de Paranaguá, o que se traduz numa possibilidade de flexibilização curricular. Tal processo dar-se-á por meio de projetos e atividades de pesquisa, ensino e extensão, situações que permitam aos professores e alunos interagirem no trabalho de produção histórica. Essa estrutura pretende ainda possibilitar ao aluno complementar sua formação, enriquecer seu currículo com disciplinas que ele buscará no elenco das ofertas de outros cursos da Universidade.

A Instituição deve assegurar que o acadêmico possa cursar disciplinas em áreas correlatas de modo a consolidar a interlocução com outras áreas de conhecimento. Ademais, como a construção da História não pressupõe, necessariamente, uma linearidade, esta proposta também se pauta por indicar que algumas disciplinas sejam ofertadas com pré - requisitos.

Os conteúdos básicos e complementares do curso de História da Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR - *Campus* de Paranaguá observando as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação, os interesses da Instituição, os critérios de flexibilização curricular e a necessidade da formação do professor-pesquisador que se organiza em torno de:

- a) Conteúdos histórico/historiográficos e práticas de ensino-pesquisa, sob diferentes matizes e concepções teórico-metodológicas, tem seus recortes preservando as especialidades constitutivas do saber histórico e estimulando, simultaneamente, a produção e a difusão do conhecimento.
- b) Conteúdos que permitam tratamento especializado e maior verticalidade na abordagem dos temas, resguardadas as especificidades de cada saber e os diálogos com o campo da história.
- c) Conteúdos complementares que forneçam instrumentação, permitindo o atendimento de

demandas sociais dos profissionais da área, apresentados em forma de programas, semanas de estudos, tópicos especiais, projetos extensionistas integrados às disciplinas, grupos de estudos, dentre outras.

Fica previsto, caso haja necessidade e a possibilidade de utilização do sistema de ensino a distância de até 20% de carga horária de cada disciplina, do total previsto. Tal carga horária será ministrada via sistema Moodle, ou plataformas afins, desde que vinculada à disciplina ofertada na grade curricular, obedecendo à regulamentação do curso.

Embora haja o interesse dos professores do Curso de História da UNESPAR - Campus de Paranaguá em oferecer disciplinas na modalidade à distância, não há como garantir, desde já, o oferecimento de carga horária na modalidade à distância, pois a implementação dessa modalidade ainda esbarra em algumas deficiências de infraestrutura, tal como o fato de muitos alunos não contarem com acesso à internet de banda larga em suas residências e também não haver acesso constante e seguro a uma rede de internet sem fio no Campus de Paranaguá. Além disso, os laboratórios de informática contam com poucos terminais de computadores para a quantidade de alunos do Campus. Assim sendo, o oferecimento de carga horária na modalidade à distância fica previsto no PPC e necessariamente condicionado à existência de infraestrutura para sua viabilização. Em havendo a infraestrutura, o curso poderá oferecer em uma disciplina de carga horária anual de 72 horas, um total de carga horária de 14 horas na modalidade à distância e 28 horas nas disciplinas de 144 horas anuais.

A curricularização da extensão tem sido um tema a ser discutido e resolvido no interior do processo de reestruturação dos cursos da UNESPAR. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está previsto no art. 207 da Constituição Federal de 1988. Desde então, uma série de documentos oficiais tem retomado essa questão, tais como a concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9.364/1996) e a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (Anexo da Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2014), que estabelece: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. Um desafio a ser enfrentado é o problema da creditação da extensão no currículo dos cursos. É possível tomar os documentos acima como âncoras legais para

estabelecer a creditação da extensão no currículo dos cursos da UNESPAR.

As Diretrizes da Política Nacional de Extensão estabelecida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2012), procuram direcionar os esforços para o fortalecimento da extensão nas universidades públicas brasileiras. São cinco diretrizes: 1. Impacto e transformação social; 2. Interação dialógica; 3. Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; 4. Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; 5. Impacto na formação do estudante: “a participação dos estudantes nas ações de Extensão Universitária deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização dos créditos logrados nas ações de Extensão Universitária.” (FORPROEX, 2012, p. 19)

Por “creditação” denomina-se o processo de inserção formal das atividades de Extensão no Projeto Pedagógico do Curso de História no *Campus* de Paranaguá. O processo de institucionalização da Extensão universitária inclui a “creditação”, entendida como créditos de Extensão que integralizarão o currículo do Curso de graduação em História, através do desenvolvimento de programas, projetos, cursos e organização de eventos, oferta de disciplinas como “Iniciação à Extensão Universitária” e “Metodologias de Extensão Universitária”. Nesse sentido, procura-se incluir nos projetos pedagógicos de curso os créditos de extensão, disciplinas livres, marcadas pela interdisciplinaridade e acompanhadas de ações de extensão ou de inserção, na carga horária de atividades complementares, de ações de extensão, procurando encontrar caminhos para a curricularização da extensão, como forma de assegurar na formação profissional o comprometimento com a cidadania e da relevância social da universidade.

As ações extensionistas do Curso de História do *Campus* de Paranaguá levarão em conta a realidade social na qual a Instituição está inserida como forma de contribuir para a socialização das experiências em curso, avançando no diálogo e aprofundando a compreensão sobre a curricularização da extensão e seu significado para a formação dos estudantes da educação superior, garantindo, assim, o comprometimento da universidade com o desenvolvimento local, regional e nacional, ancorado na inclusão social e na sustentabilidade.

Para cumprir a legislação que obriga os cursos a terem no mínimo 10% de carga

horária curricular em extensão até 2024, o Curso de História do *Campus* de Paranaguá, em um primeiro momento, implementará em sua grade curricular a disciplina de metodologia da pesquisa e extensão, que deverá preparar os alunos para a implementação das práticas extensionistas e, assim, criar uma cultura extensionista e aumentar progressivamente seus percentuais extensionistas conforme a demanda acadêmica, até cumprir o mínimo estabelecido em lei.

Nesse sentido, os professores poderão incluir em seus Planos de Ensino a dedicação de parte da carga horária de suas disciplinas para a execução de projetos de extensão pelos alunos. A opção por não relacionar a prática extensionista a apenas algumas disciplinas se deve ao fato de haver um consenso de que todas as disciplinas tem potencial para desenvolver projetos extensionistas com os alunos. Os acadêmicos também poderão cumprir carga horária de extensão curricular em outros cursos e ou instituições de ensino, pesquisa e extensão, desde que seja previamente aprovada em tempo hábil estipulado pelo Colegiado do Curso de História.

As metodologias de ensino e os procedimentos metodológicos do Curso de História da UNESPAR – *Campus* de Paranaguá devem estar adequados ao perfil de professor – pesquisador que se pretende formar. Nesse sentido, as metodologias de ensino deverão contemplar o constante diálogo entre a teoria e a prática, ou seja, a prática como componente curricular.

As práticas de pesquisa em história e ensino de história como componente curricular deverão visar, tanto quanto possível, a formulação de projetos inter e multidisciplinares, nos quais os acadêmicos possam estabelecer tanto relações entre os conhecimentos adquiridos nas diversas disciplinas do Curso de História, como estabelecer relações com os acadêmicos e disciplinas de outros cursos da UNESPAR e também de outras Instituições de Educação Básica e Superior. Essa perspectiva de um ensino inter e multidisciplinar possibilita uma formação acadêmica ampliada e enriquecida pelas experiências e visões outras, que não somente aquelas do próprio curso ou disciplina.

Os acadêmicos deverão colocar em prática os conhecimentos teóricos apreendidos em duas frentes principais:

1) O treinamento na prática docente que deverá ser realizado nos estágios supervisionados, nos projetos, trabalhos e seminários promovidos pelos professores em suas

respectivas disciplinas e nos eventos promovidos dentro e fora do Colegiado, possibilitando, sempre que possível, a formulação de projetos inter e multidisciplinares.

2) O treinamento da prática da pesquisa em história e ensino de história e que deverá ser realizada na produção de trabalhos e projetos para as diversas disciplinas do curso e na produção de um Trabalho de Conclusão de Curso em forma de artigo científico que deverá ser submetido a um processo de orientação, qualificação e finalmente defendido perante uma banca de professores, possibilitando, sempre que possível, a formulação de projetos inter e multidisciplinares.

3) A curricularização da extensão dentro das disciplinas curriculares, cujos resultados venham a se constituir em produção de conhecimento acadêmico, possibilitando, sempre que possível, a formulação de projetos inter e multidisciplinares.

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

- ✓ Identificar a concepção teórica acerca do papel da avaliação de aprendizagem na formação;
- ✓ Apresentar as formas de avaliação do processo de ensino e aprendizagem que nortearão os planos de ensino a serem elaborados anualmente.

A forma de avaliação do processo de ensino e aprendizagem contemplará dois aspectos. O primeiro aspecto é a avaliação do processo de ensino e aprendizagem interno empreendido pelo próprio professor. Como o curso contempla aspectos teóricos e práticos, também os processos de avaliação da aprendizagem deverão contemplar os aspectos teóricos e práticos da aprendizagem.

O professor responsável pela disciplina poderá lançar mão dos métodos de avaliação do processo de ensino e aprendizagem que julgar adequados para a respectiva disciplina, desde que tenha feito a devida discussão prévia com a turma do plano de ensino da disciplina que deverá ser apresentado aos alunos no início do ano letivo.

Além da avaliação do processo de ensino e aprendizagem interno a cada disciplina, os professores que desenvolverem projetos inter e multidisciplinares, deverão proceder avaliações também inter e multidisciplinares, congregando no processo avaliativo as diversas questões relativas às disciplinas e processos de construção do conhecimento teórico e do desenvolvimento prático concernentes ao projeto proposto.

O segundo aspecto da avaliação do processo de ensino e aprendizagem é a avaliação externa, que será contemplada pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (**Enade**)

ou qualquer outro processo de avaliação externa equivalente, o qual deverá ser objeto de atenção por parte do Núcleo Docente Estruturante do Curso de História.

O acadêmico do Curso de História da UNESPAR – Campus de Paranaguá terá um mínimo de 04 (quatro) anos e um prazo máximo de 06 (seis) anos para integralizar o curso.

O PPC do Curso de História da UNESPAR – *Campus* de Paranaguá também deverá estar em constante processo de avaliação e auto avaliação. A avaliação do PPC deverá ser efetuada pela sua divulgação e discussão pelos acadêmicos do Curso de História. Essa divulgação e discussão poderá ser realizada através de enquetes com os acadêmicos e também através das discussões que os professores poderão realizar em suas respectivas disciplinas sobre o PPC do Curso de História.

A auto avaliação será efetuada pelo Núcleo Docente Estruturante a partir das demandas surgidas das discussões internas de docentes e discentes. Levará em conta também as demandas surgidas no interior da UNESPAR colocadas pelos cursos afins através da PROGRAD, pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e pelo Projeto Político Institucional (PPI). Também deverão ser consideradas as mudanças da legislação e as transformações teóricas e metodológicas no campo historiográfico e pedagógico.

PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

- ✓ Identificar o perfil do profissional, campo de atuação e a formação específica desejada, em consonância com os fundamentos teóricos e os princípios acima especificados. A estrutura curricular deve ser coerente com o perfil apresentado.

Os princípios apresentados acima deixam claro que se pretende formar um professor – pesquisador, que seja capaz de superar a mera reprodução em sala de aula dos conhecimentos produzidos pela academia, ou seja, que também seja capaz de lançar um olhar crítico e produzir um conhecimento cientificamente estruturado sobre os conteúdos, métodos, técnicas e teorias da História, sobre suas práticas de ensino, sobre a instituição na qual exerce sua profissão, enfim, sobre a realidade social, política, econômica e cultural na qual ele, seus colegas, seus alunos e seus concidadãos estão inseridos.

4. ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS		
--	--	--

Área/Matéria	Código	Disciplinas	C/H Semanal Teórica	C/H Anual Teórica	C/H Anual Prática
1. Formação Geral (de acordo com a diretriz nacional)	01	História Antiga	04	144	36
	02	História Medieval	04	144	36
	03	História Moderna	04	144	36
	04	História Contemporânea	04	144	
	05	História do Brasil I	02	72	36
	06	História do Brasil II	02	72	36
	07	História do Brasil III	02	72	
	08	História do Brasil IV	02	72	
	09	História do Paraná	04	144	36
	10	História da América I	02	72	
	11	História da América II	02	72	
	12	História da África e Cultura Afro-Brasileira	02	72	36
	13	Introdução aos Estudos Históricos	02	72	
	14	Teoria e Metodologia da História I	02	72	
	15	Teoria e Metodologia da História II	02	72	
	16	Metodologia do Ensino de História	02	72	36
	17	Memória, Identidade e Patrimônio Histórico	02	72	
	18	Cultura Indígena e Populações tradicionais	02	72	36
	19	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	02	72	
	20	Geografia e Educação Ambiental	02	72	36
	21	Geografia Humana e Geopolítica	02	72	36
	22	Geografia do Brasil	02	72	36
	23	Introdução à Filosofia	02	72	
	24	Antropologia Social	02	72	36
	25	Sociologia Geral	02	72	
	26	Metodologia da Pesquisa e Extensão	02	72	
	27	Didática Geral	02	72	36
	28	Psicologia da Educação	02	72	
	29	Políticas Educacionais	02	72	
Subtotal			68	2448	504

2. Formação Diferenciada	30	Libras	02	72	
		Educação Ambiental incluída na ementa da Disciplina de Geografia e Educação Ambiental	-		
		Educação para os Direitos Humanos incluída na ementa da Disciplina de Sociologia Geral	-		
		Cultura Afro-Brasileira e Africana incluída na ementa da Disciplina de História da África e Cultura Afro-Brasileira	-		
		Educação para as Relações Étnico-Raciais incluída nas ementas das Disciplinas de Cultura Indígena e Populações Tradicionais e História da África e Cultura Afro-Brasileira	-		
	Educação para Relações de Gênero incluída na ementa da Disciplina de Antropologia Social.	-			
Subtotal			02	72	
3. Disciplinas Optativas					
Optativa I	40		02	72	
Optativa II	41		02	72	
Subtotal			04	144	
Estágio e TCC	42	Estágio Supervisionado de História I	08	200	
	43	Estágio Supervisionado de História II	08	200	
	44	Metodologia do TCC	02	72	
	45	TCC	-	-	
Subtotal			18	472	
Atividades Acadêmicas Complementares	46		-	200	
Total Geral em Horas Aula			292	3336	504
Total Geral em Horas Relógio				2780	420

ORIENTAÇÕES: As Áreas/Matérias/Disciplinas de **formação básica do perfil nacional**, deverão ser similares para os cursos afins, contemplados, sobretudo, na ementa.

As **disciplinas optativas** serão definidas e oferecidas pelos colegiados anualmente, de acordo com a carga horária estabelecida no quadro anterior.

O código das disciplinas poderá ser feito provisoriamente com uma numeração sequencial, que será depois codificada pela Secretaria Acadêmica antes do envio ao Conselho Estadual de Educação, quando da renovação do reconhecimento do curso.

5. DISTRIBUIÇÃO ANUAL / SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS

Código	Nome da Disciplina	Pré-requisito (Código)	Carga Horária Anual			Forma de Oferta	
			Teórica	Prática	Extensão	Sem. (S)	Anual (A)
1º Ano							
01	História Antiga		144	36		-	X
02	História do Brasil I		72	36		-	X
03	História da África e Cultura Afro-Brasileira		72	36		-	X
04	Introdução aos Estudos Históricos		72			-	X
05	Antropologia Social		72	36		-	X
06	Sociologia Geral		72			-	X
07	Metodologia da Pesquisa e Extensão		72			-	X
08	Psicologia da Educação		72			-	X
09	Introdução à Filosofia		72			-	X
10	Atividades Acadêmicas Complementares		50				
Subtotal			770	144			
2º Ano							
11	História Medieval		144	36		-	X
12	História do Brasil II		72	36		-	X
13	Teoria e Metodologia da História I		72			-	X
14	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos		72			-	X
15	Cultura Indígena e Populações tradicionais		72	36		-	X
16	Geografia e Educação Ambiental		72	36		-	X
17	Didática Geral		72	36		-	X

18	Libras		72			-	X
19	Optativa I		72			-	X
20	Atividades Acadêmicas Complementares		50				
Subtotal			770	180			
3º Ano							
21	História Moderna		144	36		-	X
22	História do Brasil III		72				X
23	História da América I		72				
24	Teoria e Metodologia da História II		72			-	X
25	Geografia Humana e Geopolítica		72	36		-	X
26	Metodologia do Ensino de História		72	36		-	X
27	Estágio Supervisionado de História I		200			-	X
28	Memória, Identidade e Patrimônio Histórico		72			-	X
29	Metodologia do TCC		72				X
30	Atividades Acadêmicas Complementares		50				
Subtotal			898	108			
4º Ano							
31	História Contemporânea		144				X
32	História do Paraná		144	36			X
33	História do Brasil IV		72				X
34	História da América II		72				X
35	Geografia do Brasil		72	36			X
36	Estágio Supervisionado de História II	Estágio Sup. História I	200				X
37	Optativa II		72				X
38	Políticas Educacionais		72				X
39	TCC	Metodologia do TCC	-				X
40	Atividades Acadêmicas Complementares		50				
Subtotal			898	72	-		

CARGA HORÁRIA - HORA AULA	3.336 Teórica	504 Prática	-
CARGA HORÁRIA - HORA RELÓGIO	2.780 Teórica	420 Prática	-
CARGA HORÁRIA TOTAL GERAL DO CURSO	HORA/RELÓGIO 3.200		HORA/AULA 3.840

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PROJETOS INTERDISCIPLINARES DAS DISCIPLINAS QUE OFERECEM AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

- PLANEJAMENTO DA PRÁTICA DE PESQUISA EM ENSINO DA HISTÓRIA – 1º ANO
- PRÁTICA DE PESQUISA NO ENSINO – 2º ANO
- ANÁLISE DE MATERIAIS DIDÁTICOS – 3º ANO
- ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS – 4º ANO

OBS: Por ocasião da criação do curso colocar a numeração das disciplinas em ordem sequencial, após a aprovação, a Secretaria Acadêmica atribuirá códigos às disciplinas.

6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Disciplina: Introdução aos Estudos Históricos

Ementa: Introdução ao estudo dos fundamentos do fazer historiográfico em suas dimensões conceituais e de métodos com enfoque nas tradições metodológicas do século XVII ao XIX.

Bibliografia

BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito de História. In: Magia e Técnica, arte política. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222- 232.

BOURDÉ, Guy & MARTIN. As escolas históricas. Portugal: Publicações Europa-América, 1990.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

CARR, Edward, H. Que é história? Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

DOSSE, François. A história. Bauru, EDUSC, 2003.

GADDIS, John Lewis. Paisagens da História. Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro, Campus, 2003.

HOBBSAWN, Eric. Sobre a História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. (org.) Ranke. São Paulo: Ática, 1979.

LANGLOIS, CH. V, CH. SEGNOBOIS. Introdução aos Estudos Históricos. São Paulo: Renascença, 1946.

LEFEBVRE, George. O nascimento da Historiografia Moderna. Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1981.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Bernardo Leitão.[et. al.] 4.ed. Campinas - São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

MALERBA, Jurandir (org.). Lições de História. O caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

MARCHINI NETO, Dirceu, NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. A Idade Média. Entre a História e a Historiografia. Goiânia: PUC-Goiás, 2012. REIS, José Carlos. A história entre a filosofia e a ciência. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PROST, Antoine. Doze lições sobre a História. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. Antimanual do mau historiador. Ou como se fazer uma boa história crítica? Londrina, EDUEL, 2007.

SALES, Veronique (org.) Os historiadores. São Paulo, Editora da UNESP, 2011.

KOSSELECK, Françoise. História Magistra Vitae – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento. In: KOSELLECK, R. Futuro Passado. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/Contratempo, 2006.

Disciplina: Teoria e Metodologia da História I

Ementa:Estudo de aspectos metodológicos da escrita da história a partir das grandes tradições historiográficas com enfoque a partir do século XIX até meados do século XX e suas relações entre o ensino e a pesquisa.

Bibliografia

CHARTIER, Roger. A Beira da Falésia. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano 1 Artes do Fazer. Petrópolis, Vozes, 2000.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano 2. Morar, cozinhar. Petrópolis, Vozes, 1995.

DOSSE, François. A História em migalhas: dos Annales à Nova História. São Paulo. Ensaio. 1992.

Hunt, Lynn(org.) A Nova História Cultural, Trad. Jefferson Luis Camargo, São Paulo, Martins Fontes,1992.

MALERBA e ROJAS (orgs). Historiografia Contemporânea em perspectiva critica. Bauru: São Paulo, EDUSC, 2007.

PINSKY, Carla B. Fontes históricas. São Paulo, Contexto, 2005.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo, Contexto, 2009.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. História & documento e metodologia de pesquisa. Belo Horizonte, Autêntica, 2007.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Trad. Allan François e outros. Campinas, Editora da Unicamp, 2008.

VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Lisboa: Edições 70, s.d.

Disciplina: Teoria e Metodologia da História II

Ementa: Estudo dos aspectos metodológicos a partir das grandes tradições historiográficas inauguradas a partir de meados do século XX até o estudo das perspectivas que demarcam o debate contemporâneo e as relações entre o ensino e a pesquisa

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. História: A arte de inventar o passado. In: Cadernos de História. Natal, v. 2. n 1. 1995.

CARDOSO e MALERBA. Representações: contribuições a um debate interdisciplinar. São Paulo: Papyrus, 2000.

CERTEAU, Michel de. A cultura no plural. Campinas, Papyrus, 1995..

DIEHL, Astor Antonio. Cultura histotriográfica: memória, identidade e representação.. Bauru: São Paulo, Edusc, 2002.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. São Paulo: Graal, 1992.

_____. O nascimento da clinica. Petrópoles, Vozes, 1987.

GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros; verdadeiro, falso, fictício. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, Cia. das Letras, 2008.

GINZBURG, Carlo. Mitos Emblemas e sinais. Morfologia e História. São Paulo: companhia da Letras, 2011.

HARTOG, Françoise. Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo Belo Horizonte, Autentica 2014.

JAMESON, Fredric. Espaço e Imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios de Fredric Jameson. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

KOSSELECK, Françoise. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Ed. PUC – Rio-Contratempo, 2006.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricas e práticas. Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, 1992.

RIEDEL, Dirce C.(org.) Narrativa, ficção e História. Rio de Janeiro, Imago/UFRJ,1988.

REVEL, Jacques (Org). Jogos de Escalas: a experiência da micro- análise. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

REVEL, Jacques. História e Historiografia exercícios críticos. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

SMITH Bonnie, G. Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica. São Paulo: EDIUSC, 2003.

WHITE, Hayden. Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.

WHITE, Hayden. Meta História. São Paulo. USP, 1992.

Disciplina: Memória, Identidade e Patrimônio.

Ementa: A relação íntima entre memória, identidade e patrimônio histórico e cultural. O Estudo da memória no contexto das ciências humanas, suas relações com os processos identitários e tensões com os campos da história e da preservação do patrimônio cultural via indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

Bibliografia

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Melo (org.). História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. Horizontes antropológicos. Vol. 11, n. 23, Porto Alegre, Jan./Jun. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100005.

BRASIL. Educação patrimonial. Histórico, conceitos e processos. IPHAN, 2014. Disponível: portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial

BRANDÃO, Carlos Rodrigues [et al.] O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

BANN, Stephen. As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Editora UNESP, 1994. (Biblioteca básica)

BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). Memória e (res)sentimento. Campinas: UNICAMP, 2001.

CERTEAU, Michel de. A beleza do morto in: A cultura no plural. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

CARRETERO, Mario et al. Ensino de História e memória coletiva. Porto Alegre: ArtMed, 2007.

CHARITER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1993. CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. 2 ed. Bauru: Edusc, 2002.

CHUVA, Márcia; ALMEIDA, Cícero Antonio F.; BENCHETRIT, Sarah Faffa (Orgs.). A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Iphan, 1995.(Debates, 2)

CHUVA, Márcia R.R. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009.

CORRÊA, Joana. Museu Vivo do Fandango: um projeto em construção. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org). Enciclopédia Caiçara v.5: festas, lendas e mitos caiçaras. São Paulo, HUICITEC: USP, Nupaub/ CEC, 2006.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. 'Educação Patrimonial: um processo de mediação". In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). Educação Patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: IPHAN-PB, 2012.(Caderno Temático 2).

FONSECA, Maria Cecília Londres. Cap. 02: A construção do patrimônio: perspectiva histórica. In: FONSECA, M. C. L. O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc – Iphan, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: Políticas sociais: acompanhamento e análise, 2012. Disponível: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3305>>.

FONSECA, Maria Cecília Londres . O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/MINC-IPHAN, 2005.

GARCÍA CANCLINI, N. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n.23, 1994, p.95-115.

IPHAN. Paisagem cultural. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1756>.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba (PR): Ed. da UFPR, 2000.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 4 ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1996. (Repertórios)

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, Aracaju (SE): Editora UFS, 2004.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: Nº 34, 1992, p. 9-23.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. In: Estudos Históricos. 1998. p. 89-103.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. "Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e O conhecimento histórico". In: Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material. São Paulo, N. S., 2: 9-42, jan.-dez, 1994.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: Estudos históricos: Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

Disponível:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2278>.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, 200-212.

Disponível: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1941>.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: Mana [online]. 2006, vol.12, n.1, pp. 237-248.

Disponível:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-93132006000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.

Disciplina: Sociologia Geral

Ementa: Estudo do pensamento sociológico clássico e contemporâneo a partir de seus conceitos, suas escolas, suas tensões e diálogos com o campo da História e dos Direitos Humanos.

Bibliografia

BAKUNIN, Mickail. Deus e o Estado. Trad. Carlo Cafiero e Elisée Reclus, Genebra, Gráfica Juraciana1882. In: file:///C:/site/LivrosGrátis/deuseoestado.htm (1 of 76)

BARROS, Eduardo Portanova. Aspectos de uma sociologia do imaginário na pós-modernidade: a razão sensível. Fórum Sociológico [Online], 25 | 2014.
<http://sociologico.revues.org/920?lang=pt>

BOURDIEU, Pierre, O poder Simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

COMTE, Augusto. O espírito positivo. Trad. de Carlos Lopes Monteiro. 1ª ed. Porto Portugal, Rés-Editora Ltda, 1977.

COMTE, Auguste. Comte - Coleção os pensadores. São Paulo: Ed. Abril, 1980.

DURKHEIM, Emilie. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2005.

DURKHEIM, Émile e WEBER, Max. Socialismo. Trad. de Ângela Ramalho e Antonia Bandeira. 1ª ed. R.J: Relume-Dumará, 1993.

ELIAS, Norbert. Solidão dos moribundos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Elias, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

Elias, Norbert. . O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

JUNQUEIRA . Lília. A noção de representação social na sociologia contemporânea. ESTUDOS DE SOCIOLOGIA, Araraquara, 18/19, 145-161, 2005.
<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/119-335-1-PB.pdf>.

MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: Obras Escolhidas, vol. 1. S. Paulo, Ed. Alfa-Ômega. pp 21-47.
Disponível em:
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000042.pdf>

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. Trad. de: Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2000 <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000003.pdf>

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Brasília: Editora UnB. 1985.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA E EXTENSÃO

Ementa: Estudos dedicados à capacitação para a realização de pesquisas científicas e de projetos de extensão universitária através do ensino das normas técnicas para apresentação de trabalhos científicos e das metodologias adequadas à pesquisa e à extensão.

Bibliografia de Metodologia da pesquisa

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Referências bibliográficas – NBR 6023. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Artigo em publicação periódica impressa – NBR 6022. Rio de Janeiro, 2003.

BOAVENTURA, Edivaldo M.. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2014.

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MAGALHÃES, Gildo. Introdução à metodologia da pesquisa: caminhos da ciência e tecnologia. São Paulo: Ática, 2005.

CURSO DE HISTÓRIA – UNESPAR - CAMPUS DE PARANAGUÁ. Normas para apresentação de artigos científicos como requisito de trabalho de conclusão de curso. Paranaguá, 2016.

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UNISINOS. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos. São Leopoldo: Unisinos, 2014.

Bibliografia de Metodologia da extensão

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001. (Extensão Universitária, v.1).

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Avaliação Nacional da Extensão Universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus, BA: UESC, 2001a. (Extensão Universitária, v.3).

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Extensão Universitária: Organização e Sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2007. (Coleção Extensão Universitária; v.6).

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2001. Disponível em <http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, Brasília. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Disponível em: Acesso em: março de 2012.

XXX ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX – FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – Carta de Porto Alegre. Acesso em: março de 2012.

XXXI ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX. Carta de Manaus. Maio de 2012. 37 NOGUEIRA, M. D. P. (Org.) Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; O Fórum, 2000.

_____. Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

SANTOS, Boaventura S. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 120).

SANTOS, Wanderley G. A Trágica Condição da Política Social. In: ABRANCHES, Sérgio Henrique et. al. (Orgs.). Política Social e Combate à Pobreza. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987, p. 33-63.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA I: O Estágio Supervisionado de História I será realizado em Escolas que ofereçam turmas de sexta a nona séries do Ensino Fundamental da Comunidade observando as seguintes Etapas: Preparação, Observação, Participação e Avaliação.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA II: O Estágio Supervisionado de História II será realizado em Escolas que ofereçam turmas de Ensino Médio da Comunidade observando as seguintes Etapas: Preparação, Observação, Participação e Avaliação.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DO PARANÁ

Ementa: Estudo da formação Histórica do Paraná tendo como enfoque as conjunturas político-econômicas e socioculturais, bem como o processo de formação do Estado do Paraná.

Bibliografia

ABREU, Acioly G. Apostila de História do Paraná. Guarapuava, 1980.

ALBUQUERQUE, Mário Marcondes de. Contestado: Distorções e Controvérsias, Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.

BETTES JÚNIOR, Hamilton. Paraná: Estudos sociais. S. Paulo: Scipione, 1996.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. História do Paraná. Curitiba : Grafipar, 1969.

BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet - Novo caminho no Brasil Meridional, Curitiba, 1974.

BORGES, Joacir Navarro. Das justiças e dos litígios: a ação judiciária da Câmara de Curitiba no século XVIII. (1731-1752). Tese. CPGHIS-UFPR. 2009.

BOUTIN, Leônidas - Colônias Indígenas nas Províncias do Paraná. 1979.

BOUTIN, Leônidas - Breve História de Paranaguá. Seu desenvolvimento sócio-econômico e cultural. Ed. Cavagnolli, FUNCULTUR. Paranaguá, 1993.

CANCIAN, Nadir Aparecida - Cafeicultura Paranaense, Curitiba: Grafipar, 1981.

CARNEIRO, David - História do Período Provincial do Paraná (Galeria de Presidentes 1853/1889), Curitiba, 1960.

CARNEIRO, David - O Paraná e a Revolução Federalista. Curitiba: Indústria Gráfica Gonçalves. 1982.

CARNEIRO, David - O Paraná na História Militar do Brasil. Curitiba: Farol do Saber. 1993.

CARNEIRO, David - O Paraná na Guerra do Paraguai. Curitiba: Farol do Saber. 1993.

CABEZA DE VACA, Alvares Nuñez. Comentários. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

CARDOSO, Antonio Jayme; WESTPHALEN, Cecília Maria. Atlas histórico do Paraná. Curitiba : Livraria do Chain Editora. 1986.

COSTA, Hilton; PEGORARO, Jonas Wilson; FILHO, Milton Stanczyk (orgs). O Paraná pelo Caminho – Histórias, trajetórias e perspectivas. (3 volumes – Justiças, Imagens, Movimentos). Curitiba: Máquina de Escrever, 2017.

COSTA, Samuel Guimarães da. História Política da Assembléia Legislativa do Paraná, Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994. 2v.

COSTA, Samuel Guimarães da. O Último Capitão-Mor: 1782 - 1857. Ed. UFPR Curitiba.

CRUZ, Ana Lúcia Barbalho da; PREIRA, Magnus Roberto de Mello (orgs). Curitiba e seus homens bons. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2011.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba: Chain: Banestado, 1991.

FERRARINE, Sebastião Colombo. Centenário da Imigração Italiana. Ed. Lítero-Técnica. Curitiba: 1979.

FERRARINE, Sebastião. História de Quatro Barras. Curitiba: EDUCA, 1987.

FERRARINE, Sebastião. A Escravidão Negra na Província do Paraná. Ed. Lítero-Técnica, 1971.

FREITAS, Waldomiro Ferreira de. Aspectos Históricos e Turísticos de Paranaguá. Paranaguá: Ed. Cavagnolli / FUNCULTUR. 1993.

FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (orgs.). Escritos sobre espaço e história. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

KRINSKI, Márcia Luzia (org.). Promessas desfeitas: documentação paranaense em processos do Juízo Eclesiástico da Diocese de São Paulo (1750-1796). Curitiba : Aos Quatro Ventos, 2003.

KOSHIBA, Luiz. O Índio e a conquista portuguesa. Ed. Atual, 1994.

LAZIER, Hermógenes. Análise Histórica da posse de Terra no Sudoeste Paranaense. Curitiba,:SECE/BPP, 1986.

LEANDRO, José Augusto. Gentes do Grande Mar Redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá- 1850-1888. Tese de doutorado, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina- Programa de Pós-Graduação em História, 2003.

LEÃO, Ermelino de. Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná. Curitiba : Empresa Ghraphica Paranaense, 1926.

LINHARES, Temístocles. Paraná vivo: um retrato sem retoques. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

LINHARES, Temístocles. História econômica do mate. Livraria José Olympio Editora, 1969.

MAESTRI, Mário. Terra do Brasil, a conquista lusitana e o genocídio tupinambá. Ed. Moderna, 1996.

MARTINS, Romário. História do Paraná. Curitiba : Farol do Saber, 1995.

MORGENSTERN, Algacir. Porto de Paranaguá, contribuição à História: período: 1648 - 1935. Paranaguá, A .P.P.A . , 1985.

MOREIRA, Júlio Estrella. Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba à luz de novos documentos. Curitiba : Editora da UFPR. 1972.

MOREIRA, Júlio. História da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá (Fundação). In: Revista médica do Paraná. Curitiba: v.12, n.4-6, jul.-dez. 1953, p.155-162.

NASCIMENTO, Vicente Júnior. História, Crônicas e Lendas. Curitiba: Ed. Gráfica Vicentina Ltda., Pr., 1980.

NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Curitiba : Imprensa Paranaense, 1927.

PAZ, Francisco. Cenários da Economia e Política Paranaense, Ed. Prefácio, Paraná, 1991.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (org.). Plano para sustentar a posse da parte meridional da América Portuguesa (1771). Curitiba : Aos Quatro Ventos, 2003.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; NICOLAZZI, Norton Frehse. Audiências e correições dos almotacés (Curitiba, 1737 a 1828). Curitiba : Aos Quatro Ventos, 2003.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; SANTOS, Antonio César de Almeida. O poder local e a cidade – A Camara Municipal de Curitiba – séc. XVII a XX. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 2000.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; SANTOS, Antonio César de Almeida. Câmara Municipal de Curitiba: 1693-1993. Curitiba : sn, 1993.

PROJETO ONZE - FUNCULTUR - Pref. de Paranaguá.

REVISTAS DA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA

RODERJAN, Roselys Vellozo. Os Curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional (séculos XVI e XIX). Curitiba. Works Informática - Editoração Eletrônica, 1992.

SANTOS, Antonio Vieira dos. Memória Histórica de Paranaguá. vol. I. Curitiba: Vicentina, 2001a.

SANTOS, Antonio Vieira dos. Memória Histórica de Paranaguá. vol. II. Curitiba: Vicentina, 2001.(2 VOLUMES)

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. História da alimentação no Paraná. Curitiba : Fundação Cultural, 1995.

SANTOS, Antonio César de Almeida; SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos. Eleições da Câmara Municipal de Curitiba (1748 a 1827). Curitiba : Aos Quatro Ventos, 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pela Comarca de Curitiba. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. Histórias do cotidiano paranaense. Curitiba: Letraviva, 1996.

SEED. Coleção História do Paraná para Professores da Rede Estadual de Ensino. SEED, 2001. (5 volumes)

SHEIFER, Bruna. Paranaguá, cidade portuária: entre a cidade “sonhada e a cidade real”. Dissertação de mestrado, Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2008.

SILVA, Aracy Lopes da - Índios. Editora Ática, 1988.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Perspectivas metodológicas. Região e História: questão de método, In: SILVA, Marcos A. da. República em migalhas. História regional e local. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.

STADEN, Hans. Meu cativo entre os selvagens do Brasil, Curitiba. Farol do Saber, 1995.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro - Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República, Fund. Cultural de Curitiba, 1996.

VIANA, Manoel. Paranaguá na História e na Tradição. Ed. Gráfica Vicentina. Curitiba, 1976.

VICTOR, Nestor - A Terra do Futuro (Impressões do Paraná), Farol do Saber, 1996.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Porto de Paranaguá, um sedutor. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1998.

WESTPHALEN, Cecília Maria. O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas. Curitiba : CD Editora, 1995.

WONS, Yaroslaw - Geografia do Paraná. Ed. Ensino Renovado, 1994.

DISCIPLINA: HISTÓRIA MODERNA

Ementa: Estudos das principais mudanças ocorridas quando da passagem da História Medieval até a Contemporânea, tendo como ponto fundamental a formação de um novo homem, o homem moderno, com sua nova sociedade, cultura, economia, política e religião.

Bibliografia

ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo, 1995, p. 15-41.

AQUINO, Rubin et. Alli. História das Sociedades. Ed. Record.

ARRUDA, José Jobson de A. História Moderna e Contemporânea.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.). História da vida privada – Da Renascença ao século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

BRAUDEL, Fernand. A dinâmica do capitalismo. Rio de Janeiro, 1987.

BURKE, Peter. Cultura popular na idade moderna. Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 50-100.

BURKE, Peter. O Renascimento (trad. Rita Canas Mendes). Lisboa: Edições Texto & Grafia, 1997.

BURKE, Peter. “Introdução: Jacob Burkhardt e o Renascimento italiano”: In: BURKHARDT, Jacob. A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 1-17.

- BURKHARDT, Jacob. A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- BURNS, Edward Menall. História da Civilização Ocidental. Ed. Globo.
- CHARTIER, Roger. "Prefácio". In: ELIAS, Norbert. A Sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 7-25.
- CARVALHO, Delgado de. História Geral – Idade Moderna. Record.
- CASSIRER, Ernst. A filosofia do Iluminismo. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.
- COTRIN, Gilberto. História e Consciência do Mundo. Ed. Saraiva.
- CORVISIER, André. História Moderna – Difusão Editorial.
- DARNTON, Robert. Os dentes falsos de George Washington. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DAVIS, Natalie Zemon. Sociedade e cultura no início da França moderna. Oito Ensaio (trad. Mariza Corrêa). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 129-156.
- DELUMEAU, Jean. Nascimento e afirmação da Reforma (trad. João Pedro Mendes). São Paulo: Pioneira, 1980.
- DELUMEAU, Jean. A civilização do Renascimento. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.
- DURAND, Will. História da Civilização. Companhia Editora Nacional.
- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Volume II: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ELIAS, Norbert. A Sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- FALCON, Francisco; RODRIGUES, Antonio Edmilson. A Formação do Mundo Moderno. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. p. 1-6.
- GARIN, Eugenio. Ciência e vida civil no Renascimento italiano (trad. Cecília Prada). São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- GARIN, Eugenio (Org.). O Homem Renascentista. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HAZARD, Paul. O Pensamento Europeu no Século XVIII (de Montesquieu a Lessing). Lisboa: Editorial Presença, 1989. (2 volumes)
- HILL, Christopher. O Mundo de Ponta-Cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KRISTELLER, Paul. "O Movimento Humanístico". In: Tradição clássica e pensamento do Renascimento. Lisboa: Edições 70, 1995, p. 11-29.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. O Estado Monárquico, França, 1460-1610. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LE GOFF, Jacques. "A História do Cotidiano". In: ARIÈS, Philippe, LE GOFF, Jacques, DUBY, Georges. História e Nova História. Lisboa: Teorema, 1986.

LE GOFF, Jacques. "Mentalidades: uma história ambígua". In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (org.). História: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 68-83.

LOBO, Haddock. História Universal – Ed. Melhoramento.

MARQUES, Ademar. BERUTTI Flávio. FARIA Ricardo (Orgs). História Moderna através de textos. São Paulo: Contexto. 2005.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. "As Reformas Religiosas na Europa Moderna: notas para um debate historiográfico". Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 23, n. 37, jan/jun 2007, p. 130-150 (Seminário apresentado por Luciano e Roberto).

PERRY, Marvin – Civilização Ocidental – Ed. Martins Fontes.

PEDRO, Antonio – História Moderna e Contemporânea – Ed. Moderna.

RIBEIRO, Renato Janine. "Apresentação". In: STONE, Lawrence. Causas da Revolução Inglesa, 1529-1642. Bauru: Edusc, 2000. p. 11-22.

SANTOS JÚNIOR, Jaime Fernando dos. "Reflexões historiográficas sobre os usos da categoria e do conceito de revolução para a guerra civil e interregno na Inglaterra seiscentista (1640-1660)", Revista 7 Mares, n. 2, abril de 2013, p. 116-134.

SAVELLE, Max – História da Civilização Mundial – Ed. Itatiaia

SIMMEL, Georg. "O dinheiro na cultura moderna". In: BOTELHO, André (Org.). Essencial sociologia. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 330-350.

SOUZA, Laura de Mello e. "Notas sobre as revoltas e as revoluções da Europa Moderna", Revista de História (USP), São Paulo, n. 135, 2º semestre de 1996, p. 9-17.

STONE, Lawrence. Causas da Revolução Inglesa, 1529-1642. Bauru: Edusc, 2000.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. "A descoberta da economia-mundo", Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 69, outubro de 2004, p. 3-16.

VENTURI, Franco. "Reis e Repúblicas nos séculos XVII e XVIII". In: Utopia e Reforma no Iluminismo. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 53-97.

VENTURI, Franco. Utopia e Reforma no Iluminismo. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

VOVELLE, Michel. Ideologias e Mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WELL, H.G. História Universal – Companhia Editora Nacional.

DISCIPLINA: HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Ementa: Estudos históricos a partir da revisão crítica da historiografia sobre a contemporaneidade, articulando ensino pesquisa e extensão.

Bibliografia

ALI, Tariq. Confronto de fundamentalismos. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. Medo de espelhos. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ANDERSON, Benedict R. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Perry. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização como regra? Revista TST, Brasília, v. 79, n. 4, p. 214-231, out./dez. 2013.

ARBEX JÚNIOR, José. O jornalismo canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2003.

ARENDT, Hannah. As origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. Da Revolução. São Paulo: Editora Universidade de Brasília em coedição com a Editora Ática, 1988.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.). História da vida privada – Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.). História da vida privada – Da Primeira Guerra aos nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi (Trad. Carlos Alberto Medeiros). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BERNSTEIN, Serge. Los regímenes políticos del siglo XX. Barcelona: Ariel, 1996.

- BOAHEN, Albert Adu (Ed.). História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2010.
- BOBBIT, Philip. A guerra e a paz na história moderna. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- CASANOVA RUIZ, Julián. Europa en guerra: 1914-1945. Ayer, núm. 55, 2004, Madrid, Marcial Pons, p. 107-126.
- CASTELLS, Manuel. Redes de indignación y esperanza: los movimientos sociales en la era de internet. Madrid: Alianza Editorial, 2012.
- _____. Comunicación y poder. Madrid: Alianza Editorial, 2009.
- CLAUDÍN, Fernando. Interrogações sobre a revolução de outubro. Lua Nova. Revista de Cultura e Política. São Paulo, n. 21, p. 117-126, 1990.
- CLEMESHA, Arlene. Palestina, 1948-2008. 60 anos de desenraizamento e desapropriação. Tiraz (USP), v. 5, p. 167-189, 2008.
- CHOMSKY, Noam. O lucro ou as pessoas? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- DARNTON, Robert. O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 23-36.
- DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. Holocaustos Coloniais. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DREYFUS, Michel et. al. O século dos comunismos: depois da ideologia e da propaganda uma visão serena e rigorosa. Lisboa: Notícias, 2004.
- EAGLETON, Terry. As ilusões do pós-moderno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.
- ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FALCON, Francisco. A formação do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- FONTANA, Josep. História: análise do passado e projeto social. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão; ZENHA, Celeste (Orgs.). O Século XX. 3 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FURET, François. A Revolução em debate. Bauru: EDUSC, 2001.
- GROPPO, Bruno. O comunismo na história do século XX. Lua Nova, São Paulo, n. 75, 2008, p. 115-141.
- HARVEY, David et. al. Occupy. São Paulo: Boitempo, 2011.

____. "Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio". Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, n. 39, 1996, p. 48-64.

HOBBSAWM, Eric. Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

____. Tempos interessantes: uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

____. Ecos da Marselhesa: dois séculos reveem a Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

____. A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

____. Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

____. A era das revoluções; Europa, 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

____. A era do capital: 1848-1875. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

____. A era dos impérios: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOURANI, Albert Habib. Uma história dos povos árabes. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HUNT, Lynn. Política, cultura e classe na Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JAMESON, Frederic. A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização. 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

____. Pós-modernismo: lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

JUDT, Tony. O mal ronda a terra: um tratado sobre as insatisfações do presente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

____. Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KURTZ, Robert. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LANDES, David S. Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental desde 1750 até nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MAZOWER, Mark. Continente sombrio: a Europa no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe (Eds.). História geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MOORE JR., Barrington. Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. As origens sociais da ditadura e da democracia; senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MUNHOZ, Sidnei. "Guerra Fria: um debate interpretativo". In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira (Coord.). O século sombrio: guerras e revoluções do século XX. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 261-281.

ORTIZ, Renato. Globalização: notas sobre um debate. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 1, p. 231-254, jan./abr. 2009.

PENNA FILHO, Pio. A África contemporânea: do colonialismo aos dias atuais. Brasília: Hinterlândia Editorial, 2009.

PERROT, Michelle. (Org.). História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

POLANY, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. As revoluções russas e o socialismo soviético. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

RÉMOND, René. O século XIX, 1815-1914. São Paulo: Cultrix, 2002.

_____. O século XX; de 1914 aos nossos dias. São Paulo: Cultrix, 2001.

ROMERO SALVADÓ, Francisco José. A guerra civil espanhola. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

RUDÉ, George. A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

SAID, Edward W. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALE, Kirkpatrick. Inimigos do futuro. A guerra ludista contra a Revolução Industrial e o desemprego. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SKOCPOL, Theda. Estados e revoluções sociais: análise comparativa da França, Rússia e China. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. "Jovens, indignados e rebeldes: uma abordagem comparativa". In: MAYNARD, Dilton Cândido Santos (Org.). Visões do mundo contemporâneo. São Paulo: LP-Booka, 2013. v. 2. p. 17-48.

THOMPSON, Edward P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

THOMPSON, E. P. "Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial". In: Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. Formação da classe operária inglesa (3 volumes). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VENTURI, Franco. Utopia e Reforma no Iluminismo. Bauru: EDUSC, 2003.

VOVELLE, Michel. Combates pela Revolução Francesa. Bauru: EDUSC, 2004.

ZOLA, Émile. Germinal. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WILLIAMS, Raymond. A cidade e o campo: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOOD, Ellen. A origem do capitalismo, Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DO BRASIL I

Ementa: Estudos históricos sobre a colonização da América Portuguesa entre os séculos XVI e XVIII através da revisão crítica da historiografia articulando ensino, pesquisa e extensão.

Bibliografia

ABREU, Capistrano. Capítulos de história colonial (1500-1800). São Paulo: Publifolha, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Trato dos Viventes. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

BOXER, Charles R. O Império Colonial Português. São Paulo : Companhia das Letras, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (org). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

FAORO, Raimundo. Os donos do poder – vol. 1. São Paulo : Globo, 1997.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. Arcaísmo como projeto. Rio de Janeiro: Sete letras, 1994.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. O antigo regime nos trópicos – a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI –XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1970.

NOVAIS, Fernando A. (dir). História da vida privada no Brasil – vol.1. São Paulo : Companhia das Letras, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SCHWARTZ, Stuart. Segredos Internos, engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DO BRASIL II

Ementa: Estudos históricos sobre a formação do Estado Nacional Brasileiro no século XIX através da revisão crítica da historiografia articulando ensino, pesquisa e extensão.

Bibliografia

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

_____. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). História do Brasil Nação: 1808-2010. São Paulo: Fundação MAPFRE e Editora Objetiva, 2012. 2v.

_____. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Os bestializados: o Rio de Janeiro a república que não foi. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 1996.

_____. População e Sociedade. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). História do Brasil Nação: 1808-2010. São Paulo: Fundação MAPFRE e Editora Objetiva, 2012. 2v.

_____. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

JANCSÓ, István (org). Independência: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005.

LACOMBE, Lourenço Luis. História administrativa do Brasil: organização e administração do Ministério do Império. Coord. De Vicente Tapajós. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984.

LINHARES, Maria Yedda. (org.). História geral do Brasil. Rio de Janeiro, 1990.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (orgs.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 2v.

NOVAIS, F. A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

SALLES, Ricardo. Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DO BRASIL III

Estudos históricos sobre a República Brasileira entre 1889 e 1945 através da revisão crítica da historiografia articulando ensino, pesquisa e extensão.

Bibliografia

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

DECCA, Edgar de. 1930: o silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DRUMMOND, José A. O movimento tenentista. A intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. Historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2012.

LINHARES, Maria Yedda. História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

NOVAIS, Fernando A. (dir). História da vida privada no Brasil – vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SAES, Décio. A formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891). São Paulo: Paz e Terra, 1985.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DO BRASIL IV

Ementa: Estudos históricos sobre República Brasileira entre 1945 e a atualidade através da revisão crítica da historiografia articulando ensino, pesquisa e extensão.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984) 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

- AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, Estado autoritário (1968- 1978). Bauru: Educ, 1999.
- ABREU, Alzira Alves de et alii. Dicionário histórico, biográfico brasileiro pós 1930. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001, 5v.
- BOITO JR., Armando (org). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- CALLADO, Carlos. Tropicália, a história de uma revolução musical. São Paulo: 34, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1970.
- CARDOSO, Mirian Limoeiro. Ideologia do Desenvolvimentismo: Brasil JK. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CAREIRO, Maria Luiza Tucci. Minorias silenciadas: história da censura no Brasil. São Paulo: Edusp, 2001.
- CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FEREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003,4 Vols.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2012.
- FILHO, Daniel Aarão Reis. A Revolução faltou ao encontro. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LINHARES, Maria Yedda. Historia Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- NOVAIS, Fernando (Dir.). História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda. História Geral do Brasil. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999, pp. 351-384.
- SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (org). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil republicano. Economia e cultura. São Paulo: DIFEL, t. III, v. 4, p.211-245, 1983.
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. 1930/1964. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA AMÉRICA I

Ementa: Estudos históricos sobre a formação das sociedades americanas até a colonização europeia na América entre os séculos XVI e as independências americanas entre fins do XVIII e início do século XIX através da revisão crítica da historiografia articulando ensino, pesquisa e extensão.

Bibliografia

AQUINO, Rubim Santos Leão de, et alii. História das sociedades americanas. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BETHELL, Leslie. História da América Latina (volumes I a II). São Paulo: EDUSP, 2010.

BONILLA, Heraclio (org.). Os Conquistados – 1492 e a população indígena das Américas. São Paulo: Hucitec, 2006.

CHAUNU, Pierre. Conquista e exploração dos Novos Mundos (Século XVI). São Paulo: EDUSP, 1984.

COLOMBO, Cristovão. Diários da descoberta da America. Porto Alegre: L&PM Editores. 1984.

HOLANDA, Sergio Buarque de. A visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Publifolha, 2000.

LAS CASAS, Bartolomé de. Brevíssima relação da destruição das Índias. Porto Alegre: L&PM Editores. 1991.

LEHMANN, Henri. As civilizações pré-colombianas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

LÉON-PORTILLA, Miguel. A Conquista da América Latina vista pelos índios. Petrópolis: Vozes, 1984.

LÉON-PORTILLA, Miguel. A visão dos vencidos. Porto Alegre: L&PM Editores. 1998.

MEGGERS, Betty J. A América pré-histórica. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luis Beethoven. O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos. São Paulo: Editora Globo, 2008.

O'GORMAN, Edmundo. A invenção da América. São Paulo: Editora Unesp, 1990.

PROUS, André. O Povoamento da América visto do Brasil: Uma perspectiva crítica. Revista USP, São Paulo (34): 8-21, junho/agosto, 1997.

SOSTELLE, Jacques. Os astecas na véspera da conquista espanhola. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América: A Questão do Outro. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VESPÚCIO, Américo. Novo Mundo – cartas de viagens e descobertas. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA AMÉRICA II

Ementa: Estudos históricos sobre as independências das colônias europeias na América e a formação dos estados nacionais americanos entre os séculos XVIII e XX através da revisão crítica da historiografia articulando ensino, pesquisa e extensão.

Bibliografia

ABADE RAYNAL, (Guillaume-Thomas François Raynal) A revolução na América. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

_____, ROXBOROUGH, I. América Latina. Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

AGGIO, A. & LAHUERTA, M. (Orgs.). Pensar o século XX – problemas políticos e história nacional na América Latina. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. "Comissões de Verdade: um debate ético-político na contemporaneidade". In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Orgs.). Violência na história: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 132-149.

ARMITAGE, David. Declaração de Independência: uma história global. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

AYERBE, Luis Fernando. A Revolução Cubana. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia. São Paulo: UNESP, 2002.

BETHEL, Leslie. História das sociedades americanas - Latina. São Paulo: EDUSP, 2002. 3 vol.

BTHELL, Leslie. História da América Latina (volumes III a VIII). São Paulo: EDUSP, 2010.

BAYLIN, Bernard. As origens ideológicas da Revolução Americana. Bauru: Edusc, 2003.

BOERSNER, Demétrio. Relaciones Internacionales de América Latina. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1990.

BRUIT, Héctor H. Revoluções na América Latina. São Paulo: Atual, 1988.

BRUIT, Héctor H. "A Invenção da América Latina". Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC, Belo Horizonte, 2000.

CAMÍN, Héctor Aguillar & MEYER, Lorenzo. À Sombra da Revolução Mexicana – História Mexicana Contemporânea, 1910-1989. São Paulo: Edusp, 2000.

CARR, Raymond. "A Revolução Mexicana" In: História do século XX. São Paulo: Editora Abril, s/d.

CHANDLER JR., Alfred D. "O advento das grandes empresas". In: Ensaio comparativos sobre a História Americana. Editado por C. Van Woodward. São Paulo: Cultrix, 1972.

CHASTEEN, John Charles. América Latina: uma história de sangue e fogo. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CHAUNU, Pierre. História da América Latina. 6.ed. São Paulo: Bertrand do Brasil, s.d.

- CHIAVENATO, Julio José. Genocídio americano: a guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CONADEP. Nunca más (1984). Buenos Aires: Eudeba, 2007.
- CRUNDEN, Robert M. Uma breve história da cultura americana. Rio de Janeiro: Nórdica, 1994.
- DEGLER, Carl N. et alli. Historia de los Estados Unidos. La Experiencia Democrática. México: Editorial Limusa, 1978.
- DIVINE, Robert, FREDRICKSON, George, BREEN, T. H. et al. América: passado e presente. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DONGHI. Halperin. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990.
- EISENBERG, Peter Louis. A Guerra Civil Americana. São Paulo: Brasiliense, 1982. Coleção Tudo é História, nº 40.
- FAUSTO, Boris. Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2000.
- FEAR, Jacqueline e McNEIL, Helen. Os Anos 20. In: BRADBURY & TEMPERLEY (Org.). Introdução aos estudos americanos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- FERREIRA, Jorge (Org.) O populismo e sua história: debate e crítica. Civilização Brasileira. 2001.
- FICO, Carlos. "Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador". Topoi (online), v. 14, p. 262-284, 2013.
- FLORESCANO, Enrique. "La construcción de la nación y el conflicto de identidades". In: Memoria mexicana, México: Taurus, 2001.
- FOHLEN, Claude. América Anglo-Saxônica de 1815 à atualidade. São Paulo: EDUSP, 1981.
- FONER, Eric. Nada além da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. Latinoamericanos buscando lugar en este siglo. Barcelona: Paidós, 2002.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. "Revolução e independências: notas sobre o conceito e os processos revolucionários na América espanhola". Estudos Históricos, vol. 10, n. 20, p. 275-293, 1997.
- KARNAL, Leandro. Estados Unidos: a formação da nação. São Paulo: Contexto, 2001
- KARNAL, Leandro. História dos Estados Unidos. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- LACLAU, Ernesto. La razón populista. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

MARTÍ, José. Nossa América. São Paulo: Hucitec, 1991.

MÉNDEZ, Juan E. "El derecho humano a la verdad. Lecciones de las experiencias latinoamericanas de relato de la verdad". In: PÉROTIN-DUMON, Anne (Dir.). Historizar el pasado vivo en América Latina.

MORSE, Richard. O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

NOVARO, M. & PALERMO, V. A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática. S. Paulo: Edusp, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. "A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional". Tempos Históricos, v. 10, p. 105-129, 2007.

PAMPLONA, Marco. A.; MADER, M. E. N. S. (Org.). Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas. São Paulo: Paz e Terra, 2010. V 1-4.

PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. O populismo em perspectiva: usos e abusos de um conceito. História Agora, v. 8, p. 1-20, 2010.

PEREYRA, Daniel. Del Mocanda a Chiapas. Historia de la lucha armada en América Latina. 3ª ed. Madrid: Los Libros de la Catarata, 1997.

PINSKY, Jaime. História da América: através de textos. São Paulo: Contexto, 1991.

PRADO, Maria Lígia; SOARES, Gabriela Pellegrino. História da América Latina. São Paulo: Contexto, 2014.

PRADO, Maria Lígia. "Sonhos e desilusões nas independências hispano-americanas". In: América Latina no século XIX: tramas, telas e textos. São Paulo: Edusp, 1999. p. 53-73.

_____. "Natureza e identidade nacional nas Américas". In: América Latina no século XIX: tramas, telas e textos. São Paulo: Edusp, 1999. p. 179-218.

QUADRAT, Samantha Viz. "A emergência do tema dos direitos humanos na América Latina". In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 361-394.

_____. "Batalhas pela justiça e pela memória". In: XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz, Londrina, 2005.

_____. "As faces da repressão nos países da América Latina". Revista de História (UFES), Vitória, v. 13, p. 196-202, 2001.

RÉMOND, René. História dos Estados Unidos, Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

RODÓ, José Enrique. Ariel. Campinas: Ed. Unicamp, 1991 [1900].

SARMIENTO, Domingo Faustino. Facundo. Civilização ou Barbárie (1845). Petrópolis: Vozes, 1997.

SELLERS, Charles. MAY, Henry. McMILLEN, Neil. Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1990.

SILVA, Carlos Eduardo et. al. Uma nação com alma de igreja. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

STEINBECK, John. As vinhas da ira. São Paulo: Record, 2009 [1939].

TOCQUEVILLE, Alexis de. A Democracia na América (1835-1840). Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

DISCIPLINA: HISTÓRIA ANTIGA

Ementa: Estudos históricos a partir da revisão crítica da historiografia sobre a antiguidade, articulando ensino pesquisa e extensão.

Bibliografia

ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ALFÖLDY, Gèza. A história social de Roma. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

AQUINO, R. S. L. História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.). História da vida privada – Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

AUSTIN, Michel; VIDAL-NAQUET, Pierre. Economia e sociedade na Grécia Antiga. Lisboa: Edições 70, 1986.

BARUCQ, A. et al. Escritos do oriente antigo e fontes bíblicas. Trad. Benôni Lemos. São Paulo: Paulinas, 1992.

BOUZOUN, E. I. O código de Hamurábi. Petrópolis: Vozes, 1980.

BRAUDEL, F. Gramática das Civilizações. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BRIGHT, J. História de Israel. Trad. Euclides Carneiro da Silva. São Paulo: Paulinas, 1981. (Nova Coleção Bíblica).

CARDOSO, Ciro Flamarion; et. alli. Modo de produção asiático: Nova Visita a um Velho Conceito. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion. S. A Cidade-estado antiga. São Paulo: Ática, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Antiguidade e religião. Os Povos do Oriente Próximo. São Paulo: Contexto, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Trabalho compulsório na antiguidade. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Sete olhares sobre a Antiguidade. Brasília: Editora da UnB, 1994.

DETIENNE, Marcel. A invenção da mitologia. Rio de Janeiro / Brasília: José Olympio / Editora da UnB, 1992.

FLORENZANO, M. B. B. O mundo antigo: economia e sociedade. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FUNARI, Pedro Paulo. Grécia e Roma. 5ª ed. (Coleção Repensando a História). São Paulo: Contexto, 2011.

MOKHTAR, Gamal. História geral da África, II. 2ª Ed. Brasília: UNESCO, 2010.

RODRIGUES, Antonio Medina. As utopias gregas. São Paulo: Brasiliense, 1988.

VERNANT, Jean-Pierre; NAQUET, Pierre-Vidal. Trabalho e escravidão na Grécia antiga. Campinas: Papyrus, 1989.

VERNANT, Jean-Pierre. Mito e pensamento entre os gregos. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

VERNANT, Jean-Pierre. As origens do pensamento grego. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

VEYNE, Paul (org.). História da Vida Privada: do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DISCIPLINA: HISTÓRIA MEDIEVAL

Ementa: Estudos históricos a partir da revisão crítica da historiografia sobre a Idade Média, articulando ensino, pesquisa e extensão.

Bibliografia

ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade para o Feudalismo. São Paulo; Brasiliense, 1979.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.). História da vida privada – Da Europa feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.). História da vida privada – Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

BLOCH, Marc. A Sociedade Feudal. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

BLOCH, Marc. Os reis taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BOLTON, Brenda. A Reforma na Idade Média. Lisboa: edições 70, 1984.

CHAUNU, Pierre. Expansão européia do século XIII ao XV. São Paulo: Pioneira, 1978.

DE BONI, Luís Alberto (Org.). Idade média: ética e política. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

- DUBY, Georges. O Ano Mil. Lisboa: Ed. 70/São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- _____. As três ordens ou o imaginário do feudalismo Lisboa: Estampa, 1980.
- _____. A Sociedade cavaleiresca. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. O Cavaleiro, a mulher e o padre. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- _____. Economia rural e vida no campo no ocidente medieval. Lisboa: Edições 70, 1988.
- _____. A Idade Média na França. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1992.
- _____. São Bernardo e a arte cisterciense. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- _____. O tempo das catedrais. A arte e a sociedade (980-1420). Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- FOCILLON, Henri. O ano mil. Madrid: s/e., 1990.
- FOCILLON, A. Arte do ocidente. A idade média romântica e gótica. Lisboa: Estampa, 1980.
- FOURQUIN, Gui. Senhorio e feudalidade na Idade Média. Lisboa: Edições 70, 1970.
- FRANCO Jr, Hilário. As Cruzadas. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. O Feudalismo São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FOURQUIN, Guy. Senhorio e Feudalidade na Idade Média. Lisboa: Ed. 70, s/d.
- GANSHOF, F. L. Que é o feudalismo? Lisboa: Europa/América, 1976.
- GUENÉE, Bernard. O ocidente nos séculos XIV-XV. São Paulo: Pioneira, 1981.
- HEERS, Jacques. O mundo medieval: Sociedade e cultura. São Paulo: Difel, 1985.
- _____. O ocidente nos séculos XIV e XV (aspectos econômicos e sociais). São Paulo: Pioneira, 1981..
- LE GOFF, Jacques. Por um outro conceito de Idade Média. Tempo, Trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- _____. A civilização do Ocidente Medieval. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- _____. O Imaginário Medieval. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- LE GOFF, Jacques. A civilização do ocidente medieval. Lisboa: Estampa, 1984, 2 vols
- _____. O homem medieval. Lisboa: Editorial Presença. 1989.
- _____. O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval. Lisboa: Edições 70, 1985.

LEWIS, Bernard. Os árabes na história. Lisboa: Estampa, 1982.

LOPEZ, Robert. A cidade medieval. Lisboa: Presença, 1988.

LOPEZ, R. A revolução comercial na Idade Média: 950-1350. Lisboa: Pioneira, 1976.

PERROY, Édouard. A Idade Média. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1977 (História Geral das Civilizações 6, 7, 8).

PIRENNE, Henri. Histórica econômica e social da Idade Média. São Paulo: MestreJou, 1963.

QUEIROZ, Tereza Aline. As heresias medievais. São Paulo: Atual, 1988.

PASTOUREAU, M. No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RUNCIMAN, A. A civilização bizantina. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SILVA, F. C. Teixeira. Sociedade Feudal: Guerreiros, Sacerdotes, Trabalhadores. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VAUCHEZ, André. A espiritualidade na Idade Média ocidental (séculos VIII a XIII). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1995.

VERGER, Jean. As universidades na Idade Média. São Paulo: UNESP, 1990.

WOLFF, Philippe. Outono da Idade Média ou primavera dos novos tempos? Lisboa: Edições 70, 1986.

DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA SOCIAL

Ementa: As contribuições do pensamento e das teorias da antropologia social e da etnografia a partir de seus conceitos, suas escolas, suas tensões, seus eixos temáticos e de suas relações com os direitos humanos e outros campos da ciência enquanto métodos de análise e intervenção social.

Bibliografia

AUGÉ, Marc. 1988. Dios como objeto: símbolos, cuerpos, materias, palabras. Colección Hombre y Sociedad, Barcelona: Editorial Gedisa.

BENNEDICT, Ruth. 1961. Padrões de Cultura. Lisboa: Livros do Brasil.

BOAS, Franz. 1996. The Limitations of Comparative Method of Anthropology. In: ____ . Race, Language and Culture. New York: The Free Press, p. 260-269. (trad/mimeo).

CLASTRES, Pierre. 1978. A Sociedade Contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

- COPANS, Jean et al. 1971. Antropologia: Ciência das Sociedades Primitivas? Lisboa, Edições 70.
- CUNHA, M. Manuela Carneiro (org.). 1998. História dos Índios no Brasil. São Paulo, Cia. Das letras.
- DA MATTA, Roberto. 1978. O Ofício do Etnólogo, ou Como ter Anthropological Blues. In: NUNES, Edson (org.). A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na Pesquisa Social. Rio de Janeiro: Zahar.
- DOUGLAS, Mary 1978: Símbolos naturais: exploraciones en cosmología. Alianza Universidad. Madrid:Alianza Editorial.
- DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- DUMONT, Louis 1999: Homo Hierarchicus: The Caste System and Its Implications. Nueva Dehli: Oxford University Press.
- DURKHEIM, Émile. As formas Elementares da Vida Religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. 1990. Algumas Formas Primitivas de Classificação. In: DURKHEIM, Émile. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.
- ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. 1985: Witchcraft, Oracles and Magic among the Azande. Abreviado por Eva Gilles. Oxford: Clarendon Press.
- EVANS-PRITCHARD, E. 1978 Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar.
- FRAZER, Sir James. 1982. O Ramo de Ouro. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- GEERTZ, Clifford . 1986 . The uses of Diversity. In: McMURRIN, S.M. - The Tanner Lecture on Human Values. Salt Lake City, U. Utah Press, 1986.
- GEERTZ, Clifford . 1988 O Anti-anti-relativismo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Nº 08. Vol. 03, outubro
- GEERTZ, Clifford . 1989. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan.
- GEERTZ, Clifford . 1998. Do Ponto de Vista dos Nativos. In: O Saber Local. Petrópolis, Vozes
- GLUCKMAN, Max, editor 1966: Essays on the rituals of social relations. Nueva York: The Humanities Press.
- HERTZ, Robert. 1980. Preeminência da Mão Direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. In: Religião e Sociedade, N.6. Rio de Janeiro: Ed. Tempo e Presença. p. 99-128.
- KUPER, Adam. 1973. Antropologia y Antropólogos: la escuela britanica 1922-1972. Barcelona: Anagrama.

- LEACH, Edmund. Sistemas Políticos na Alta Birmânia. São Paulo: EDUSP, 1996.
- LEENHARDT, Maurice 1961: Do Kamo: La persona y el mito en el mundo melanesio. Temas de Eudeba, Antropología. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires
- LÉVI-BRULH, Lucien. 1974. El Alma Primitiva. Barcelona: Península.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1989. Antropologia Estrutural I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1993. Antropologia Estrutural II. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1995. As Estruturas Elementares do Parentesco. Petrópolis: Vozes.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1996. Tristes Trópicos. São Paulo, Companhia das Letras.
- LINTON, Ralph 1936. Estudio del hombre. Sección de Obras de Sociología. México: Fondo de Cultura Económica.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1974. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril.
- MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Vol. I e II. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- MEAD, Margareth. 1982. Sexo e Temperamento. São Paulo: Perspectiva.
- MEAD, Margareth, Gregory BATESON. 1962. Balinese Character: A Photographic Analysis. Special Publications of the New York Academy of Sciences, 2. Nueva York: The New York Academy of Sciences.
- MINNER, Horace. 1973. "Os Ritos corporais entre os Nacirema". In: ROMNEY & DEVORE. You and Others: reading Anthropology. Cambridge, Winthrop Publishers, pp. 72-76. (trad. Mimeo).
- MORGAN, Lewis. A Sociedade Primitiva. Lisboa: Presença, s/d.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. 1988. Sobre o Pensamento Antropológico. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- PEIRANO, Mariza. 1997. A Favor da Etnografia. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- RADCLIFFE-BROWN, A. 1978. O Método Comparativo em Antropologia Social. In: _____. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.
- SAHLINS, Marshall. 1988. Cultura y razón práctica: contra el utilitarismo en la teoría antropológica. Colección Hombre y Sociedad, Serie Mediaciones. Barcelona: Editorial Gedisa.
- SAHLINS, Marshall. 1990. Ilhas de História. Rio de Janeiro, Zahar.
- STRATHERN, Marilyn 1990. The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia. Studies in Melanesian Anthropology, 6. Berkeley: University of California Press.
- TURNER, Victor. 1974. O Processo Ritual. Petrópolis: Vozes.

TYLOR, Edward. 1977. *Cultura Primitiva: los orígenes de la cultura*. Madrid: Ed. Ayuso.

WERNER, Dennis. 1987. *Culturas Humanas: comida, sexo e magia e outros assuntos antropológicos*. Petrópolis, Vozes.

DISCIPLINA: CULTURA INDÍGENA E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Ementa: Estudos das populações indígenas e das populações tradicionais através da compreensão de suas práticas sociais, dos usos sociais e das diversas maneiras com que cada uma das coletividades se apropria de sua cultura e de sua história.

Bibliografia

ALBERT, Bruce. 1992. *A Fumaça do Metal: história e representação do contato entre os Yanomami*. Anuário Antropológico/89. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e SOUZA, Roberto Martins de Souza. *Terras de Faxinais*.

Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009.

AMBROSETTI, Juan B. 1894. *Los Índios Kaingangues de San Pedro (Misiones)*. Revista del Jardín Zoológico de Buenos Ayres. Tomo II. Buenos Aires.

BALDUS, Herbert. 1937. *Ensaio de Etnologia Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.

BARBOSA, Horta. 1954. *Epidemias entre os Kaingang*. Revista do Museu Paulista. São Paulo.

BORBA, Telêmaco. 1908. *Actualidade Indígena*. Imprensa Paranaense. Curitiba.

CLASTRES, Hélène. 1978. *Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani*. São Paulo: Brasiliense.

CLASTRES, Pierre. 1980. *Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas*. In: *Guerra, religião e poder*. Lisboa: Edições 70.

CLASTRES, Pierre. 1978. *A Sociedade Contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

CRÉPEAU, Robert. 1997 a. *Les Kaingang dans le contexte des études Gê et Bororo*. *Antropologia et Sociétés*, vol. 21, N^o 2-3. Quebec

CUNHA, M. Manuela Carneiro (org.). 1998. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia. Das letras.

CUNHA, M. Manuela Carneiro 1979: *De amigos formais e pessoa; de companheiros, espelhos e identidades*. *Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia* 32: 31-39.

DAVIS, Shelton. 1978. *Vítimas do Milagre: o desenvolvimento e os Índios do Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar.

DEBRET, J. B. 1978. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tomo I Belo Horizonte: Ed. Itatiaia.

- EVANS-PRITCHARD, E. 1978 *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FERNANDES, Loureiro. 1941. *Os Caingangue de Palmas*. Arquivos do Museu Paranaense. Curitiba.
- FERNANDES, Ricardo Cid. 1998. *Autoridade Política Kaingang: um estudo sobre a legitimidade política entre os Kaingang de Palmas*. Florianópolis, PPGAS, UFSC. Dissertação de Mestrado.
- GRUPIONI, L.D.B. 1998. *Índios no Brasil*. São Paulo, Global editora.
- HELM, Cecília. 1995. *Kaingang, Guarani e Xetá na Historiografia Paranaense*. XIX Reunião Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, outubro.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – Povos Indígenas – www.socioambiental.org.br
- LADEIRA, Maria Inês. *Espaço Geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso*. Maringá, PR: Eduem; São Paulo: Edusp, 2008.
- LANGDON, E. Jean. 1994. *A Negociação do Oculto: Xamanismo, Família e Medicina entre os Siona no Contexto Pluri-Étnico*. Trabalho apresentado para o Concurso de Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina. (mimeo.)
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1996. *Tristes Trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. 1989. *Os Museus de história Natural e a Construção do Indigenismo*. *Revista de Antropologia* (30/31/32, 1987-1989). São Paulo, USP.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. 1995. *Um Grande Cerco de Paz*. Petrópolis, Vozes.
- LIMA, Francisco das Chagas. 1842. *Memória sobre o descobrimento e colonia de Guarapuava*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 13: 43-64.
- MABILDE, Afonso. 1899. *Apontamentos sobre os Indígenas Selvagens da Nação Coroados: que habitam os sertões do Rio Grande do Sul*. *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano XV: 125-151.
- MELATTI, Júlio César. 1993. *Índios do Brasil*. São Paulo - Brasília, Edunb – Hucitec.
- MELIÀ, B. & SAUL, M. V. A., & MURARO, V. F. *O Guarani: uma bibliografia etnológica*. FUNDAMES, Centro de Cultura Missioneira, Santo Ângelo, RS, 1987.
- METRAUX, Alfred. 1946. *Handbook of South American Indians*. Vol 1: *The Marginal Tribes*. Washington, Smithsonian Institute, vol. I, (3):445-475.
- MOTA, Lúcio Tadeu. 1994. *As Guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá, Ed. UEM.
- NIMUENDAJÚ, Curt. 1993. *Etnografia e Indigenismo*. Campinas, Unicamp.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani*, São Paulo, Hucitec, 1987

PELLEGRINI, Marcos. 1993. Wadubari. São Paulo, Marco Zero.

PISSOLATO, Elizabeth de Paula. A Duração da Pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani). Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ. 2006.

RAMOS, Alcida. 1990. Memórias Sanumá: espaço e tempo em uma sociedade Yanomami. São Paulo, Marco Zero.

SANTOS, Sílvio Coelho. 1973. Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis, Ed. Movimento.

SEEGER, Anthony, Roberto DA MATTA, Eduardo B. VIVEIROS DE CASTRO. 1979: A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia 32: 2-19.

SHADEN, E. 1988. A Mitologia Heroica de Tribos Indígenas do Brasil. São Paulo, EDUSP.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim (org.). Direitos dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil.

Manaus: UFAM, 2010, pp. 137-159.

STADEN, Hans. 1974. Duas Viagens ao Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, [1563].

TOMMASINO, Kimiye et al. 2000. Uri e Wãxi. Londrina: ED. UEL.

VIDAL, Lux. 1997. Grafismo Indígena. São Paulo: EDUSP.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo 1979: A fabricação do corpo na sociedade xinguana. Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia 32: 40-49.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo 1996: Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. Mana 2 (2): 115-144.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo 2010: Metafísicas caníbales: Líneas de antropología postestructural. Buenos Aires: Katz Editores.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Nimuendajú e os Guarani. In: NIMUENDAJÚ, Curt. As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani, São Paulo: Hucitec, 1987.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Estudos históricos sobre o continente africano e a formação das identidades afro-brasileiras, através da revisão crítica da historiografia e as questões étnico-culturais pertinentes a temática articulando pesquisa, ensino e extensão

ABREU, M e MATTOS, H., "Em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e da cultura afro brasileira: uma conversa com os historiadores". In: Estudos Históricos, 2008, n. 21.

ALBUQUERQUE, Walmira, "Cultura negra e cultura nacional" in História da África e da escravidão africana o Brasil. disponível em www.ceao.ufba.br/.../uma%20historia%20do%20negro%20no%20brasil_cap01.pdf

BASTIDE, Roger. As Américas Negras. Rio de Janeiro: Difel, 1974.

BRUNSCHWIG, Henri. A partilha da África Negra. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CANÊDO, Leticia. A descolonização da Ásia e da África. São Paulo: Atual, 1985.

CORNEVIN, Marianne. Apartheid: poder y falsificación de la historia. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.

LAMBERT, Jean-Marie. História da África Negra. Goiânia: Kelps, 2001.

MESGRAVIS, Laima. A colonização da África e da Ásia. São Paulo: Atual, 1994.

PEREIRA, Francisco José. Apartheid. O horror branco na África do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REBELO, Manuel dos Anjos da Silva. Relações entre Angola e Brasil – 1808-1830. Lisboa, 1970.

SILVA, Alberto da Costa e. Das mãos do oleiro – aproximações. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

_____. A enxada e a lança. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

_____ & Francisco Felix de Souza. Mercador de escravos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

_____. A manilha e o libambo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX. Salvador: Corrupio, 1987.

Coleção História Geral da África disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190255POR.pdf>.

KI-ZERBO, J. (Ed.). História Geral da África - Volume I - Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.

MOKHTAR G. (Ed.). História geral da África - Volume II - África antiga. Brasília: UNESCO, 2010.

EL FASI M.; HRBEK I. (Ed.). História geral da África - Volume III - África do século VII ao XI. Brasília: UNESCO, 2010.

NIANE, D. T. (Ed.). História geral da África - Volume IV - África do século XII ao XVI. Brasília: UNESCO, 2010.

OGOT, B. A. (Ed.). História geral da África - Volume V - África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010.

AJAYI, J. F. A. (Ed.). História geral da África - Volume VI - África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010.

BOAHEN, Albert Adu (Ed.). História geral da África - Volume VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2010.

MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Ed.). História geral da África - Volume VIII África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

Ementa: Estudo dos diferentes enfoques da história e suas implicações no processo educativo, articulado com a realidade educacional brasileira, apresentando alternativas metodológicas e elementos didáticos no ensino de história articulando com a prática de pesquisa em ensino de história.

Bibliografia

ABUD, Kátia. A construção de uma didática da história: algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino. História, São Paulo, 22 (1), p. 183-193, 2003.

ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA, Walter. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Teoria historiográfica e prática pedagógica: as correntes de pensamento que influenciaram o ensino de história no Brasil. Antíteses, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, p. 703-728.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do projeto à avaliação. In: Para uma educação de qualidade: atas da quarta jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED) / Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004. p. 131-144.

BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico na sala de aula. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CERRI, Luis Fernando (Org.). Ensino de história e educação: olhares em convergência. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

DAVIES, Nicholas. "As camadas populares e o ensino de história do Brasil". In: PINSKY, Jaime (Org.). O ensino de história e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 2009. p. 121-138.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. O livro de ouro da História do Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

FONSECA, Selva. Didática e Prática de Ensino de História. 5ª ed. São Paulo: Papyrus, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. Revista Brasileira de Educação, n. 23, maio-agosto de 2003, p. 75-85.

GONÇALVES, Nadia G. A escola e o arquivo histórico escolar como locais de memória: discutindo possibilidades de trabalho do pesquisador, do professor de história e de diálogos com a comunidade escolar. XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Anais. Londrina: UEL/Anpuh, 2005.

HISTÓRIA HOJE. Revista eletrônica de história e ensino, v. 1, n. 2, 2012. Dossiê Ensino de História Indígena.

HISTÓRIA HOJE. Revista eletrônica de história e ensino, v. 1, n. 1, 2012. Dossiê Ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira.

JESUS, Denise Meyrelles de. Atuando em contexto: o processo de avaliação numa perspectiva inclusiva. Psicologia & Sociedade, vol. 16, n. 1, 2004, p. 37-49.

KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, Ana M. F. C. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. História & Ensino, Londrina, v. 9, p. 37-62, out/2003.

MOREIRA, Claudia; VASCONCELOS, José. Didática e avaliação de aprendizagem no ensino de História. Curitiba: IBIEX, 2008.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set. 92/ago. 93.

NIKITIUK, Sônia L. (Org.). Repensando o ensino de História. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PARANÁ. Diretrizes Curriculares de História para a Educação Básica. Curitiba: SEED, 2006.

_____. Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Curitiba: SEED, 2005.

PEREIRA, Amílcar Araujo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil. Cadernos de História (Belo Horizonte), v. 12, 2011, p. 25-45.

PINSKY, Jaime. Porque gostamos de História. São Paulo: Contexto, 2013.

___ (Org.). O ensino de história e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 2009.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. Revista USP, São Paulo, v. 28, 1995, p. 14-39.

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Práxis educativa, Ponta Grossa, v.1, n. 2, p. 7-16, jul./dez. 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Orgs.). Aprender história: perspectivas da educação histórica. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

SHARPE, Jim. "A história vista de baixo". In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Ana Célia da. A representação social do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou? Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Marcos Antonio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de história hoje: errâncias, conquistas e perdas. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, n. 60, 2010, p. 13-33.

VILLALTA, Luiz Carlos. O livro didático de história no Brasil: perspectivas de abordagem. Pós-História, Assis-SP, v. 9, 2001, p. 39-59.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ementa: Estudos dedicados ao domínio da prática de pesquisa em história através de discussões dos objetos de pesquisa visando a construção de um projeto de pesquisa em história.

Bibliografia

ALERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Referências bibliográficas – NBR 6023. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Artigo em publicação periódica impressa – NBR 6022. Rio de Janeiro, 2003.

BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em história. D escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2007.

BOAVENTURA, Edivaldo M.. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CURSO DE HISTÓRIA – UNESPAR - CAMPUS DE PARANAGUÁ. Normas para apresentação de artigos científicos como requisito de trabalho de conclusão de curso. Paranaguá, 2016.

VAINFAS e CARDOSO (orgs.) Novos domínios da história. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012

ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2010

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Orientação do Trabalho de Conclusão do Curso nos encontros entre os orientadores e seus orientados. Observando as especificidades de cada trabalho.

DISCIPLINA:LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS

Ementa:Estudos dedicados à capacitação para a leitura e produção de textos acadêmicos visando sua interlocução com o ensino, a pesquisa e a extensão.

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À FILOSOFIA

Ementa: Conceitos de Filosofia e Filosofia da Educação. A concepção filosófica da educação na Idade Média, Moderna e Contemporânea. As correntes filosóficas da modernidade (Iluminismo, Materialismo e Positivismo). As correntes filosóficas contemporâneas (Fenomenologia, Hermenêutica, Existencialismo, Pragmatismo, Teoria Crítica). Implicações e influências dessas correntes filosóficas na educação.

Bibliografia

ALVES, Rubem. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras. 10^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Introdução, tradução e notas de António de Castro Caeiro. Atlas Editora, São Paulo. 2009.

BIDO, José Mateus. A Problemática da Pós-Modernidade: uma leitura sobre o viver do homem na modernidade. Londrina: UEL, 2001.

BUZZI, Arcângelo. Filosofia para principiantes. 11^a ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Introdução ao pensar. 2^a ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

DESCARTES, René. Discurso do Método. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1957.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GADOTTI, Moacir. Marx: Transforma o Mundo. 2. ed., São Paulo: FTD, 1991.

GOMES, Roberto. Crítica da Razão Tupiniquim. São Paulo: FTD, 1994.

HEIDEGGER, Martin. Conferências e Escritos Filosóficos. Trad.: E. Stein, SP: Abril Cultural, 1979.

HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo. (Parte I). Trad.: Márcia Sá C. Schuback, 11.^a ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo. (Parte II). Trad.: Márcia Sá C. Schuback, 8.^a ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

JIMENEZ, Carlos Molina. Trabalho e Convivência: Um Ensaio de Ética. Londrina: UEL, 1997.

LARA, Tiago Adão. Caminhos da razão no Ocidente: a filosofia ocidental, do renascimento aos nossos dias. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

LOCKE, John. Ensaio sobre o Entendimento Humano (2 vol.), Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

PLATÃO. A Republica (Título Original Polis revisado por Saulo Krieger) trad. Pietro Nasseti 2º ed. São Paulo-SP Martin Claret, 2003.

REALE, Miguel. Introdução à Filosofia. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia. 2. ed., São Paulo: Paulus, 2003. Volumes 1 – 7.

KANT, I. Fundamentação da Metafísica dos Costumes, SP, Editora Abril, Col. Os Pensadores, 1973.

KANT, I. Textos Seletos, Petrópolis, Ed. Vozes, 1985.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. 20 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DISCIPLINA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Ementa: Aspectos sócio-político-econômico-cultural-filosóficos das esferas administrativas e pedagógicas do sistema escolar brasileiro. Histórico da legislação educacional brasileira – O contexto das principais leis: Leis Orgânicas, LDB 4024/61, 5692/71, 7044/82. A Educação na Constituição de 1988. Políticas públicas de educação a partir da Constituição de 1988. A LDB 9394/96: trâmite político e conteúdo; níveis e modalidades de educação. A legislação estadual e municipal de ensino. O profissional da educação: o educador e a lei, sua valorização. Sistema Escolar Brasileiro e sua estrutura administrativa: funcionamento níveis administrativos e financiamento.

Bibliografia

CAMPOS, M.; CARVALHO. A Educação nas Constituições Brasileiras. São Paulo: Pontes, 1991.

SAVIANI, Demerval. Da nova LDB ao novo Plano Nacional da Educação. Campinas: Editora Autores Associados, 1999.

CUNHA, L. A. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

FERNANDES, F. A transição prolongada. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. Que tipo de República? São Paulo: Brasiliense, 1986.

PLANK, David. Política Educacional no Brasil: caminhos para a salvação pública. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação. São Paulo: Pioneira, 1999.

_____. Política e Educação no Brasil. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

DISCIPLINA: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa: A Psicologia e a Psicologia da Educação. A psicologia e suas vertentes. Os principais teóricos da personalidade (Freud, Jung, Adler, Reich, Maslow, Perls, Rogers, Skinner). Aspectos do desenvolvimento biológico, cognitivo, emocional e social nas perspectivas das teorias psicológicas de desenvolvimento e aprendizagem. A teoria de Jean Piaget e o desenvolvimento cognitivo. O desenvolvimento para a Psicanálise. Vigotski e a visão de desenvolvimento na perspectiva histórico cultural.

Bibliografia

BEE, Helen. **A criança em desenvolvimento**. Porto Alegre. Artmed, 2003.

FADIMAN, James; FRAGER, Robert. **Teorias da personalidade**. São Paulo: Harbra, 2002.

QUADROS, Emérico Arnaldo. **Psicologia e desenvolvimento humano**. Petrópolis: Vozes, 2017.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à psicologia**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2006.

KUSNETZOFF, Juan Carlos. **Introdução à psicopatologia psicanalítica**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo. Martins Fontes, 2015.

_____. **A Formação Social da Mente**. São Paulo. Martins Fontes, 2010.

DISCIPLINA: DIDÁTICA GERAL

Ementa: A história da “didática” e o surgimento da didática moderna. A Didática no contexto e das ciências humanas e seus debates contemporâneos. O processo de ensino-aprendizagem e suas relações políticas, culturais e sociais como objeto de análise. As tendências pedagógicas. A cultura escolar. Os estudantes, culturas juvenis e escola na periferia.

Bibliografia

CORDEIRO, Jaime. **Didática: contexto, educação**. São Paulo: Contexto 2007.

FORQUIN, Jean. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Medicas, 1993.

TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2008.

CANDAU, Vera Maria (Org). **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COMENIUS. **Didática Magna**. São Paulo: Wmf, 2006,

CONTRERAS, Jose. **A autonomia dos professores**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

TEIXEIRA, Adla Besaida (Org). **Temas atuais em didática**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

DISCIPLINA: LIBRAS

Ementa: Surdez (Cultura). História da Educação dos Surdos. Aspectos Linguísticos da Libras; Variações Históricas e Sociais. Bilinguismo – Novo enfoque na Educação dos Surdos. Desenvolvimento Linguístico. Português como segunda Língua. Políticas Públicas e Legislação na Educação dos Surdos. Intérprete de Libras. Parâmetros Principais e secundários da Libras. Classificadores em Libras. Libras em contexto.

Bibliografia

GUARINELLO, Ana Cristina. O papel do outro na escrita do sujeito surdo. São Paulo: Plexus, 2007.

LEI ESTADUAL Nº. 12095/98.

SKLIAR, Carlos. Atualidades da educação bilíngüe para surdos. Vol. 2. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SKLIAR, Carlos (Org.). Educação e exclusão. Abordagens sócio antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

_____. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: ____ (Org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

STROBEL, Lílian Karin; FERNANDES, Sueli. Aspectos lingüísticos das LIBRAS. Curitiba: SEED/SUED/DEE. 1998.

STROBEL, Karin Lilian et all. Falando com as mãos. Curitiba: Secretaria de estado de Educação. 1998.

DISCIPLINA: GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ementa: Estudos a partir das relações pedagógicas entre geografia e Educação para o Meio Ambiente visando a compreensão das múltiplas relações entre grupos sociais e natureza, conforme as contribuições epistemológicas da Geografia, via articulação com a prática de ensino.

Bibliografia

BERRY, THOMAS. O Sonho da Terra. Petrópolis: Vozes, 1991.

BORTOLOZZI e FILHO. Diagnostico da educação Ambiental no ensino de Geografia . Cadernos de Pesquisa, nº 109, p. 145-171, março/2000. Acesso: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a07.pdf>

BORTOLOZZI, A., PEREZ FILHO, A. Educação ambiental e reconstrução da cidadania. Revista Sociedade e Natureza. Uberlândia, v. 6, n. 11-2, 1994.

BRANCO, Samuel Murgel. O Meio Ambiente em Debate. São Paulo: Moderna, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos - temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436p.

CALVENTE, M. D. C. H; ARCHELA, R. S.; GRATÃO, L. H (orgs.). Múltiplas geografias: ensino, pesquisa, reflexão. v. IV, Londrina: Humanidades, 2007.

CUNHA, S. B. & GUERRA, A. J. T. (org.) Geomorfologia do Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. 4ed. São Paulo: Gaia, 1994. 499p.

DREW, DAVID. Processos Interativos Homem-meio ambiente. São Paulo: Difel, 1996.

FERONATO, A.; TORRES, e. C. Educação ambiental e sua relação com a educação cidadã. In:

FIALHO, Edson Soares. A geografia escolar e as questões ambientais. Revista Ponto de Vista, v. 5, 2008.

FREITAS, I. A. História ambiental e geografia: natureza e cultura em interconexão. Geo UERJ, Ano 9, n. 17, v. 2, 2. Sem. 2007.

GUERRA, A.T. & GUERRA, A. J. T. Novo dicionário Geológico-Geomorfológico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HOGAN, DANIEL JOSEPH. Crescimento Demográfico e Meio Ambiente. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Campinas, v. 8, p. 61-69, dez. 1991.

LEINZ, V. & AMARAL, S.E. Geologia Geral. 11ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

MILLER, G. TYLER. Ciência Ambiental. 11ª ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007

OLIVEIRA, M. M.; FARIAS, P. S. C.; SÁ, A. J.. O meio ambiente na geografia crítica e na geografia humanística: desafios metodológicos para uma didática reflexiva do espaço na escola. Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 25, n. 3, set/dez. 2008.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. Estudos Avançados, v. 24, n. 68, 2010.

POPP, J.H. Geologia do Geral. 4ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: LTC, 1988.

ROSS, J. L. S. Geomorfologia: ambiente e planejamento. São Paulo: Contexto, 1990

STRAHLER, A.N., STRAHLER, A.H., 2000. Geografia física. (3 ed.). Omega. Barcelona.

ZEPPONE, R. M. Educação ambiental: teorias e práticas escolares. Araraquara: JM, 1999. 154p.

DISCIPLINA: GEOGRAFIA HUMANA E GEOPOLÍTICA

Ementa: Estudo das bases teóricas e conceituais da Geografia da População. Métodos e técnicas em estudos populacionais. Estudo das bases conceituais e teóricas da geografia política e da geopolítica via articulação com a prática de ensino.

Bibliografia

VESENTINI, J. WILLIAN. Brasil - país industrializado do Terceiro Mundo, IN . Sociedade e Espaço - Geografia Geral e do Brasil - 12 Ed. - SP - Ática

SANTOS, M (org). Novos Rumos da Geografia Brasileira - São Paulo, Hucitec.

NAKATA, Hirome. Geografia Geral, Ed. Moderna.

BOLIGIAN, LEVON. Geografia: espaço e vivência: volume único – 2 ed- São Paulo: Atual 2007.

MAGNOLI, DEMETRIO. O mundo contemporâneo/ Demetrio Magnoli – 2 ed.reform.São Paulo: atual, 2008.

DAMIANI, Amélia. População e geografia. São Paulo: Contexto, 1991.

GEORGE, Pierre. Geografia da população, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1991.

SANTOS, M. A urbanização brasileira . São Paulo: Hucitec , 1993.

DISCIPLINA: GEOGRAFIA DO BRASIL

Ementa: Estudo da evolução e da relação entre a sociedade e a natureza e a formação histórica do espaço geográfico brasileiro via articulação com a prática de ensino.

Bibliografia

BECKER, Bertha K. & EGLER, Cláudio A. G. Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo. Rio de Janeiro/RJ, Editora Bertrand Brasil, 1993.

CANO, Wilson. Reflexões Sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional. Campinas/SP, Editora UNICAMP, 1993.

FURTADO Celso. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro/RJ, Editora Nacional, 1972 (11ª ed.) MAGNOLI, Demétrio. O Corpo da Pátria – Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808 - 1912). São Paulo/SP, Fundação Editora UNESP & Editora Moderna, 1997.

AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil. Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 159p. ROSS, J. L. S. (Org.) Geografia do Brasil. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2011. 549p.

ROSS, J. L. S. Ecogeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. 208p

GUERRA, A. J. T; CUNHA S. B. da. (Orgs). A Questão Ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

CAMARGO, João Borba de. Geografia Física , Humana e Econômica do Estado do Paraná .Paranavaí : 1999.

BIGARELLA , João José de. Esboço das relações entre o relevo topográfico e a estrutura geológica do Paraná – Boletim Geográfico , ano V , n º 54 – Rio de Janeiro

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL – IBGE

PALHARES , José Mauro. Paraná Aspectos da Geografia . 3ª ed.- 2004

DISCIPLINA: OPTATIVA I

Crêterios de oferta: Esta disciplina será oferecida conforme quadro de distribuição anual de carga horária no quadro de horário do segundo ano. O Curso de História poderá oferecer mais de uma disciplina optativa dependendo dos seguinte fatores: 1) A existência de um número suficiente de docentes atuando em seu quadro funcional. 2) O interesse do docente em ofertar a disciplina. 3) O interesse de um número mínimo de alunos na disciplina definido caso a caso pelo Colegiado do Curso. Em caso de oferta de mais de uma disciplina optativa, aquela que tiver o maior número de alunos optantes do ano de referência (segundo ano) terá preferência para ocupar o quadro de horário normal e a sala do ano de referência (segundo ano), salvo se houver a concordância explícita e documentada do professor e dos alunos quanto a ocupar um horário e uma sala alternativos. A disciplina optativa terá sua ementa e seu programa definidos a partir da escolha feita entre as disciplinas da relação de optativas abaixo em função das pesquisas e escolhas que se realizam no Curso de História, das suas linhas de pesquisa e/ou de discussões prévias entre alunos e professores. A oferta das disciplinas optativas será feita da seguinte forma: 1) Em reunião do Colegiado do Curso de História a ser realizada no ano letivo anterior os professores interessados

poderão propor suas disciplinas optativas, desde que apresentem seus planos de ensino. 2) A partir da relação de disciplinas propostas previamente pelos professores e com conhecimento de seus planos de ensino os alunos serão convidados a votar conforme sua preferência antes do término do ano letivo anterior para que se possa programar a distribuição das aulas e os Planos de Atividades Docentes. A votação acontecerá em dois turnos, uma primeira votação entre todas as propostas e uma segunda votação entre as duas mais votadas no primeiro turno. Dependendo das condições de oferecimento, o Colegiado do Curso de História decidirá por oferecer apenas a disciplina mais votada ou mais disciplinas respeitando sempre as mais votadas pelos alunos.

DISCIPLINA: OPTATIVA II

Critérios de oferta: Esta disciplina será oferecida conforme quadro de distribuição anual de carga horária no quadro de horário do quarto ano. O Curso de História poderá oferecer mais de uma disciplina optativa dependendo dos seguintes fatores: 1) A existência de um número suficiente de docentes atuando em seu quadro funcional. 2) O interesse do docente em ofertar a disciplina. 3) O interesse de um número mínimo de alunos na disciplina definido caso a caso pelo Colegiado do Curso. Em caso de oferta de mais de uma disciplina optativa, aquela que tiver o maior número de alunos optantes do ano de referência (quarto ano) terá preferência para ocupar o quadro de horário normal e a sala do ano de referência (quarto ano), salvo se houver a concordância explícita e documentada do professor e dos alunos quanto a ocupar um horário e uma sala alternativos. A disciplina optativa terá sua ementa e seu programa definidos a partir da escolha feita entre as disciplinas da relação de optativas abaixo em função das pesquisas e escolhas que se realizam no Curso de História, das suas linhas de pesquisa e/ou de discussões prévias entre alunos e professores. A oferta das disciplinas optativas será feita da seguinte forma: 1) Em reunião do Colegiado do Curso de História a ser realizada no ano letivo anterior os professores interessados poderão propor suas disciplinas optativas, desde que apresentem seus planos de ensino. 2) A partir da relação de disciplinas propostas previamente pelos professores e com conhecimento de seus planos de ensino os alunos serão convidados a votar conforme sua preferência antes do término do ano letivo anterior para que se possa programar a distribuição das aulas e os Planos de Atividades Docentes. A votação acontecerá em dois turnos, uma primeira votação entre todas as propostas e uma segunda votação entre as duas mais votadas no primeiro turno. Dependendo das condições de oferecimento, o Colegiado do Curso de História decidirá por oferecer apenas a disciplina mais votada ou mais disciplinas respeitando sempre as mais votadas pelos alunos.

RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA: HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Ementa: Estudos da produção historiográfica brasileira produzida a partir do período Imperial através da revisão crítica dos textos, crítica documental e a relação entre o ensino e a pesquisa.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA COLONIAL

Ementa: Estudo da História da América Latina entre a colonização europeia e a independência.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA

Ementa: Estudo da História da América Latina contemporânea a partir dos processos de independência e formação dos Estados Nacionais.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA AMÉRICA PRÉ-COLOMBIANA

Ementa: Estudo da História das Sociedades americanas anteriores à conquista europeia.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA

Ementa: Estudo da formação da Sociedade brasileira durante a colonização portuguesa na América.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DO BRASIL IMPÉRIO

Ementa: Estudo da História do Brasil Império a partir do processo de independência e formação do Estado Nacional Brasileiro no século XIX.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA

Ementa: Estudo da História do Brasil a partir da Proclamação da República e seus desdobramentos na formação do Estado Nacional Brasileiro nos séculos XX e XXI.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA ÁFRICA PRÉ-COLONIAL.

Ementa: Estudo da História das Sociedades africanas anteriores à conquista europeia.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA ÁFRICA COLONIAL

Ementa: Estudo da História da África entre a colonização europeia e os processos de independência.

DISCIPLINA: ARQUEOLOGIA

Ementa: Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da arqueologia.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA ÁFRICA CONTEMPORÂNEA

Ementa: Estudo da História da África contemporânea a partir dos processos de independência e formação dos Estados Nacionais.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA AMÉRICA AGLO-SAXÔNICA COLONIAL

Ementa: Estudo da História da Anglo-saxônica entre a colonização europeia e a independência.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA AMÉRICA AGLO-SAXÔNICA CONTEMPORÂNEA

Ementa: Estudo da História da Anglo-saxônica a partir dos processos de independência e formação dos Estados Nacionais.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DO PARANÁ

Ementa: Estudo da formação e das representações da sociedade paranaense através da análise historiográfica, pesquisa de fontes e sua relação com o ensino de história

DISCIPLINA: HISTÓRIA REGIONAL

Ementa: Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da História regional, debates historiográficos e a problematização de seus conceitos.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO

Ementa: Estudo das metodologias, teorias, objetos e temáticas da História da Escravidão e suas relações com o ensino e a pesquisa em história.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DOS SÉCULOS XX-XXI

Ementa: Estudo da história a partir das mudanças da conjuntura do mundo nos séculos XX e XXI em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Ementa: Estudos sobre a história do tempo presente a partir da análise historiográfica, questões conceituais e suas relações com a pesquisa histórica.

DISCIPLINA: HISTÓRIA ORAL

Ementa: Estudo dos métodos, técnicas, teorias, temas, problemas e possibilidades da História Oral para a pesquisa e o ensino de história.

DISCIPLINA: HISTÓRIA ECONÔMICA

Ementa: Estudo do pensamento e do desenvolvimento econômico suas implicações sociais.

DISCIPLINA: HISTÓRIA ECONÔMICA BRASILEIRA

Ementa: Estudo do desenvolvimento econômico brasileiro a partir das discussões historiográficas e das relações com o ensino e a pesquisa em história.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA ARTE

Ementa: Análise das interfaces entre história, cultura e arte, expressas nas manifestações artísticas e a obra de arte como possibilidade de objeto de pesquisa em história.

DISCIPLINA: HISTÓRIA AMBIENTAL

Ementa: Análise das produções científicas na intersecção História Ambiental/História Sociocultural a partir das inter-relações entre humanos e não-humanos envolvendo a história da conservação, da transformação de paisagens e dos desastres ambientais. A história de conceitos e a escrita da natureza segundo as tradições historiográficas da História Ambiental.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E CINEMA

Ementa: Estudo de diferentes metodologias aplicadas à pesquisa histórica tendo por base o cinema como fonte e lugar de construção da realidade a partir das representações sociais e as relações com o ensino de história. Estudo dos movimentos e vertentes fundamentais da cinematografia e do cinema e dos roteiros como narrativas históricas.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E CULTURA VISUAL

Ementa: Discutir o uso das imagens na composição do conhecimento histórico. Apresentar as principais questões teóricas relacionadas à compreensão histórica das representações imagéticas, sua relação com a experiência vivida e com o conhecimento constituído pelas diferentes áreas das ciências humanas.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E GÊNERO

Ementa: Estudo das relações de gênero na sociedade a partir das discussões historiográficas contemporâneas e as relações com o ensino e a pesquisa em história. As relações de gênero como construção sociocultural e suas relações com a historicidade e as práticas de intervenções sociais.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Ementa: Estudo sobre a Historiografia e os aspectos teóricos dos movimentos sociais e suas relações com o ensino e a pesquisa em história.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E CIDADE

Ementa: Estudos historiográficos da cidade como objeto do historiador e como patrimônio cultural e suas possibilidades para a pesquisa e o ensino de história.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E SOCIOLOGIA: DIÁLOGOS CULTURAIS

Ementa: Diálogos entre história cultural e sociologia da ação através dos estudos realizados por Pierre Bourdieu e suas contribuições conceituais e metodológicas para o campo da história e as possibilidades para o ensino e a pesquisa histórica.

DISCIPLINA: HISTÓRIA CULTURAL

Ementa: Estudo da história cultural através da análise historiográfica, dos conceitos de Cultura e a Antropologia Histórica, cotidiano e representações culturais bem como discussões acerca da História Cultural no Brasil e suas relações com o ensino e a pesquisa em história.

DISCIPLINA: HISTÓRIA SOCIAL DA FAMÍLIA E DA INFÂNCIA

Ementa: Estudos de família e infância através da análise historiográfica, uso de fontes e as relações com o ensino e a pesquisa em história.

DISCIPLINA: HISTÓRIA SOCIAL

Ementa: Estudo dos métodos, técnicas, teorias e temáticas da História Social.

DISCIPLINA: HISTÓRIA SOCIAL DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA

Ementa: Estudo música popular brasileira como objeto da História a partir de sua inserção em todos os grupos sociais brasileiros. Problematizar a música popular brasileira como documento histórico e suas possibilidades para a pesquisa e o ensino da história.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DAS MENTALIDADES

Ementa: Estudo dos métodos, técnicas, teorias, objetos e temáticas da História das Mentalidades

DISCIPLINA: HISTÓRIA DAS MULHERES

Ementa: Estudo da história das mulheres a partir da análise historiográfica e da problematização de suas práticas, seus saberes, suas representações e sua construção de identidades, bem como analisar as novas abordagens historiográficas sobre o tema e sua relação no ensino e na pesquisa em história.

DISCIPLINA: HISTÓRIA POLÍTICA

Ementa: Estudo da política como objeto da História e do enfoque a Nova história política como possibilidade para o ensino e a pesquisa em história. A disciplina tem por objetivo refletir sobre a problemática do "retorno" da história política, discutindo a incorporação dos conceitos de culturas políticas, imaginário e representações, bem como alguns exemplos da sua aplicabilidade na historiografia brasileira recente.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E PODER

Ementa: Estudo do poder como objeto da História.

DISCIPLINA: HISTÓRIA MILITAR

Ementa: Estudo dos métodos, técnicas, teorias, objetos e temáticas da História Militar através da discussão historiográfica e possibilidades para a pesquisa em história.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E CULTURA MATERIAL

Ementa: Estudo da Cultura material como objeto da História com suas possibilidades metodológicas, técnicas, teóricas e temáticas.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA

Ementa: Estudo dos diálogos teóricos e metodológicos entre a História e a Antropologia.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E BIOGRAFIA

Ementa: Estudo da biografia como objeto da História e seus usos no ensino de história.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E DIREITOS HUMANOS

Ementa: Estudo histórico da ideia de direitos humanos com base na chamada nova história cultural em diálogo com as ciências sociais, as lutas por direitos e as estratégias de empoderamento dos sujeitos sociais e suas lutas pelo direito a ter direitos.

DISCIPLINA: MICRO-HISTÓRIA

Ementa: Estudo da micro-história, seus diálogos, perspectivas de análise e de métodos através da crítica historiográfica e do trabalho com fontes históricas.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E RELATOS DE VIAGEM

Ementa: Estudo dos relatos de viagem como objeto da História e suas possibilidades no ensino e na pesquisa.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E FOTOGRAFIA

Ementa: Estudo da fotografia como objeto da História e seus usos no ensino de história.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E IMAGEM

Ementa: Estudo das relações entre imagem, história e ensino de história através da análise documental as possibilidades e limites no uso da imagem enquanto ferramenta para a construção do conhecimento histórico.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E ICONOGRAFIA

Ementa: Estudo da iconografia como objeto da História, e suas possibilidades e usos no ensino de história.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E LITERATURA

Estudo das aproximações entre História e Literatura, bem como a utilização da literatura como fonte documental para a historiografia a partir do conceito de representação, das teorias da História Cultural em uma perspectiva sociocultural assumindo a obra literária como documento para o historiador levando em consideração sua produção, circulação e consumo.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E IMPRENSA

Ementa: Estudo da imprensa como objeto da História e suas possibilidades para os estudos históricos e para o ensino de história. Compreender os jornais e revistas enquanto fonte histórica, levando também em consideração a questão de sua produção, consumo e circulação, além dos discursos produzidos por esses impressos.

DISCIPLINA: HISTÓRIA VISTA DE BAIXO

Ementa: Ementa: Estudo dos objetos, temas, teorias e metodologias da História vista de baixo e seus diálogos com a história social e cultural. As formas de vida, de trabalho e de cultura dos mais pobres são seus principais objetos de estudo.

DISCIPLINA: HISTÓRIA INTELLECTUAL

Ementa: Ementa: Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da História Intelectual.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DAS IDEIAS

Ementa: Ementa: Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da História das ideias.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DO CORPO

Ementa: Estudo do corpo como objeto da História. O corpo como construção histórico-cultural e a historicidade das representações corporais.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E SAUDE

Ementa: Estudo da saúde como objeto da história. Estudo das representações histórico-sociais nos processos de saúde, doença, terapêuticas e curas.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA SEXUALIDADE

Ementa: Estudo da sexualidade como objeto da História.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO

Ementa: Estudo da alimentação como objeto da História e o estudo dos processos alimentares entre os povos do mundo através da História.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA

Ementa: Estudos de aspectos da vida privada, através da análise historiográfica e de fontes vinculadas aos costumes, hábitos e modos de ser longo do tempo e suas relações com o ensino e a pesquisa.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DAS RELIGÕES E RELIGIOSIDADES

Ementa: Estudo de conceitos religiosos e suas representações e crenças por meio da revisão crítica da historiografia, do pensamento sociológico, articulando a pesquisa e a prática de ensino.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA TECNOLOGIA

Ementa: Estudo da tecnologia como objeto da História.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA CIÊNCIA

Ementa: Estudo da ciência como objeto da História.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DO ESPORTE

Ementa: Estudo da História dos Esportes e dos Jogos Tradicionais no Brasil e no Mundo através da análise historiográfica e sociológica e possibilidades para a pesquisa histórica.

DISCIPLINA: HISTÓRIA QUANTITATIVA

Ementa: Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da História Quantitativa e suas possibilidades para os estudos históricos e para o ensino de história.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DEMOGRÁFICA

Ementa: Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da História Demográfica e suas possibilidades para os estudos históricos e para o ensino de história.

DISCIPLINA: GEOGRAFIA GERAL

Ementa: Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.

DISCIPLINA: GEOPOLÍTICA

Ementa: Estudo dos conceitos geopolíticos de Estado, nação e classes sociais.

7. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

Um dos importantes componentes que norteiam essa reformulação considera como essencial a superação da dicotomia ensino-pesquisa e ensino-extensão, noção clássica que parte da separação tida como intrínseca entre o professor que trabalha em sala de aula, o

pesquisador que mergulha em livros, documentos, arquivos (bacharel) e do extensionista envolvido com a comunidade; a falta de entrosamento entre os três níveis de ensino, através da adequação dos conteúdos das disciplinas a um novo profissional de História. Deste modo, a nova proposta assume um modo peculiar ao articular tais conteúdos com a produção historiográfica e com os múltiplos diálogos que a história estabelece com outras ciências.

A concepção de ensino superior disposta no artigo 207 da Constituição Federal, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Nesse sentido, os projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos no curso de História na UNESPAR – Campus de Paranaguá devem articular essas três instâncias de modo a não dissociá-las.

COORDENADOR DO COLEGIADO DE CURSO			
Joacir Navarro Borges	Graduação: Licenciatura e Bacharelado em História Instituição: UFPR – Universidade Federal do Paraná. Conclusão:1999.	Mestrado: História Instituição:UFPR Conclusão: Mestrado interrompido em 2007 devido promoção à condição de doutorando Doutorado: História Instituição:UFPR Conclusão: 2009	Regime de Trabalho: 40 horas TIDE Adjunto A

PROFESSORES EFETIVOS			
Florindo Wistuba Júnior	Graduação: Licenciatura em História Instituição: UNESPAR-Paranaguá. Conclusão:1993.	Especialização: História Instituição: UNESPAR-Paranaguá. Conclusão: 1998	Regime de Trabalho: 40 horas
César Tagliari	Graduação: Geografia	Especialização: Geografia Física –	Regime de Trabalho: 40 horas

	<p>Instituição: UNESPAR Universidade Estadual do Paraná - Campus União da Vitória</p> <p>Conclusão: 1987</p>	<p>Análise Ambiental pela</p> <p>Instituição: UFPR Universidade Federal do Paraná</p> <p>Conclusão: 1991</p> <p>Especialização: Supervisão Escolar</p> <p>Instituição: UNESPAR Universidade Estadual do Paraná</p> <p>Conclusão: 2000</p>	
<p>José Ronaldo Mendonça Fasseber</p>	<p>Graduação: Educação Física Instituição: Universidade Federal de Juiz de Fora Conclusão: 1993</p>	<p>Mestrado: Antropologia Social</p> <p>Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina</p> <p>Conclusão: 1998</p> <p>Doutorado: Educação Física [ênfase em adaptação e cultura corporal]</p> <p>Instituição: Universidade Estadual de Campinas</p> <p>Conclusão: 2006</p>	<p>Regime de Trabalho: 40 horas TIDE Adjunto D</p>
<p>Letícia Batistella Silveira Guterres</p>	<p>Graduação: História Instituição: Unifra – Centro Universitário Franciscano</p> <p>Ano da conclusão da graduação: 2001</p>	<p>Especialização: Proeja</p> <p>Instituição: UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul</p> <p>Conclusão: 2007</p>	<p>Regime de Trabalho: 40 horas TIDE Adjunto A</p>

		<p>Mestrado: História das sociedades Ibéricas e Americanas</p> <p>Instituição: PUC RS Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.</p> <p>Conclusão: 2004</p> <p>Doutorado: História Social</p> <p>Instituição: UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro</p> <p>Conclusão: 2013</p> <p>Pós doutorado: Escravidão na América Latina</p> <p>Instituição: Universidade do Arizona</p> <p>Conclusão: 2015</p>	
Liliane da Costa Freitag	<p>Graduação: Licenciatura em História</p> <p>Instituição: UNIOESTE Universidade Estadual do oeste do Paraná.</p> <p>Conclusão: 1991</p>	<p>Especialização: Geografia do Brasil</p> <p>Instituição: UEM Universidade Estadual de Maringá</p> <p>Conclusão: 1993</p> <p>Mestrado: História</p> <p>Instituição: UNISSINOS Universidade do Vale do Rio dos Sinos</p>	<p>Regime de Trabalho: 40 horas TIDE</p> <p>Adjunto D</p>

		Conclusão: 1997 Doutorado: História Instituição: UNESP Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho – Campus de Franca Conclusão: 2007	
--	--	--	--

PROFESSORES CRES			
Marco Antônio Machado Lima Pereira	Graduação: História Instituição: UFOP Universidade Federal de Ouro Preto Conclusão da graduação: 2006.	Mestrado: História e Cultura Política Instituição: UNESP Universidade Estadual Paulista Conclusão: 2010. Doutorado: História Social Instituição: UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro Conclusão: 2015.	Regime de Trabalho: 40 horas
Patrícia Marcondes de Barros	Graduação: História Instituição: Universidade Estadual de Londrina Conclusão: 1997	Especialização: História Social Instituição: Universidade Estadual de Londrina Conclusão: 1998/1999 Mestrado: História Política	Regime de Trabalho: 40 horas TIDE

		Instituição: UNESP Universidade Estadual Paulista Conclusão:2003 Doutorado:História Cultural Instituição: UNESP Universidade Estadual Paulista Conclusão: 2007 Pós doutorado: Educação Instituição: Universidade Católica de Santos Conclusão:2015	
Patrícia Trindade Trizotti	Graduação: Licenciatura em História Instituição: Unesp Universidade Estadual Paulista – Campus de Assis Conclusão: 2007	Mestrado: História Social Instituição: Unesp Campus de Assis Conclusão: 2010 Doutorado: História Social Instituição: Unesp Campus de Assis Conclusão: 2016	Regime de Trabalho: 20 horas

RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES POR TITULAÇÃO:

Graduados : 00
 Especialistas: 02
 Mestres:
 Doutores: 05

Pós Doutores: 02

9. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

César Tagliari

Florindo Wistuba Júnior

Joacir Navarro Borges

José Ronaldo Fassheber

Letícia Batistella Guterres

Liliane da Costa Freitag

10. INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL

O Curso de História da Unespar – Campus de Paranaguá conta com a seguinte infraestrutura:

- 1) Laboratório de informática (um para todos os cursos, seu uso deve ser agendado com bastante antecedência)
- 2) Biblioteca (pequena, com acervo limitado, sem bibliotecária responsável e não informatizada)
- 3) Auditório (um para todos os cursos, seu uso deve ser agendado com bastante antecedência)
- 4) Sala de professores (uma para todos os cursos)
- 5) Notebooks e projetores multimídia para sala de aula (equipamentos devem ser agendados com antecedência, pois não há um equipamento fixo para cada sala de aula)
- 6) Sala de atendimento ao estudante (uma para todos os cursos)
- 7) Sala da coordenação (fica em um edifício administrativo fora do campus e o edifício fecha às 18 horas, o que é um problema, pois o Curso de História funciona a partir das 19 horas)
- 8) Sala de reuniões (fica em um edifício administrativo fora do campus e o edifício fecha às 18 horas, o que é um problema, pois o Curso de História funciona a partir das 19 horas)
- 9) Sobre as condições de acessibilidade: há uma rampa de acesso ao interior do Campus, mas todas as quatro salas de aula do Curso de História ficam em um piso superior, a um lance de escada do piso térreo e esse piso não conta com rampa ou elevador para acessá-lo.

11. ANEXOS

Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado

Estágio Supervisionado I e II, do Curso de História

Estágio Séries Finais do Ensino Fundamental (Estágio I) e Ensino Médio (Estágio II)

I – Planejamento Geral do Estágio:

Reflexão sobre a ação do aluno na prática do seu Curso, bem como as formas de observações e vivência educativa nas escolas da comunidade;

Elaboração e práticas tendo como base o currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio;

Planejamento e elaboração de atividades oferecidas pelo Departamento e outros, como mini cursos, palestras, semanas, seminários, oficinas entre outros.

II - O Estágio Supervisionado terá a sua carga horária distribuída nas seguintes atividades:

Nas disciplinas de Estágios Obrigatório do Curso de História, nos terceiro e quartos anos, que contemplam a carga horária total de 400 horas, 200 para o Ensino Fundamental do Estágio I e, 200 horas para o Ensino Médio do Estágio II, obedecerão às seguintes situações:

III – Visitas às instituições de ensino onde serão realizadas as atividades pedagógicas de Estágio para contato com a equipe pedagógica e com o supervisor de campo, além de atividades em sala de aula do Curso de História, com um total de horas 200.

IV – As horas de atividades práticas pedagógicas serão divididas em:

- A) 40 horas de Estágio de Observação da Estrutura da Escola Estagiada, mais 20 horas para a feitura dos devidos relatórios, totalizando em 60 horas.
- B) 40 horas de Estágio de Observação das Aulas de História, na Escola Estagiada, mais 20 horas para a feitura dos devidos relatórios, totalizando em 60 horas.
- C) 02 horas para a feitura da Ficha Acadêmica do Estágio Supervisionado.
- D) 10 horas para a elaboração de cinco (05) planos de aulas.
- E) 05 horas para apresentação de aulas preparatórias para a Aula Modelo.
- F) 05 horas para elaboração da Aula Modelo Final.
- G) 10 horas para apresentação da Aula Modelo Final.
- H) 48 horas de Seminários de Estágio e ou outras atividades de práticas pedagógicas, conforme tabela item VII.

V - Estágio de Observação:

A) Primeira Etapa com a Observação da estrutura organizacional no campo de estágio (60 horas);

B) Segunda Etapa com a Observação das atividades docentes do campo de estágio (60 horas).

VI – Elaboração de trabalho final, PASTA DE ESTÁGIO, podendo ser relatórios, artigos, memorial, fruto da reflexão sobre as atividades desenvolvidas no período de estágio, que deve ser entregue em CD e apresentado em Pasta de Estágio, para a devida aprovação.

VII - 48 horas de atividades pedagógicas complementares, podendo ser:

Atividades de Práticas Pedagógicas Complementares		
		até/total
• Monitoria de disciplina do Departamento	livre	20hrs
• Monitoria na organização de eventos promovidos pelo Departamento	até 10hrs	20hrs
• Viagens de estudos organizadas pelo Departamento da IES (com relatório e aplicação em sala de aula)	até 24hrs	50hrs
• Palestras e conferências correlatas da Disciplina	livre	30hrs
• Representante Discente em colegiados do Curso, Conselhos superiores e outros de relevância	até 20hrs	20hrs
• Participação em projetos pedagógicos aprovados pelo Departamento do Curso	livre	20hrs
• Grupos de Estudos e pesquisas com supervisão de professor do curso e da disciplina	livre	20hrs
• Iniciações científicas, incluindo pesquisas realizadas fora do âmbito da Instituição, com prática pedagógica	20hrs	
• Apresentação de trabalhos em eventos científicos, relativos à área do curso e disciplina	até 10hrs	20hrs
• Publicação de artigos relativos à disciplina em anais de eventos	até 10hrs	20hrs
• Publicação de artigos relativos à área da disciplina em revistas científicas	até 20	20hrs
• Participação em projetos de extensão, com prática Pedagógica aprovados pelo Departamento do Curso	livre	20hrs
• Eventos diversos (seminários, palestras, conferências, Congressos, semanas acadêmicas, encontros nacionais e regionais, cursos de extensão etc.) promovidos		

- | | |
|---|-------|
| pelo Departamento do Curso, relacionados com prática pedagógica e a disciplina | 40hrs |
| <ul style="list-style-type: none"> • Eventos diversos (seminários, palestras, conferências, Congressos, semanas acadêmicas, encontros nacionais e regionais, cursos de extensão etc.) promovidos por outro Departamento da UNESPAR-Paranaguá, relacionados com práticas pedagógicas e a disciplina | 40hrs |
| <ul style="list-style-type: none"> • Eventos diversos (seminários, palestras, conferências, Congressos, semanas acadêmicas, encontros nacionais e regionais, cursos de extensão etc.) promovidos por outra IES, relacionados com práticas pedagógicas pedagógicas e a disciplina | 40hrs |
| <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho voluntário orientado assistido pelo Departamento, voltado à prática pedagógica | 40hrs |
| <ul style="list-style-type: none"> • Participação como ouvinte das apresentações dos TCCs do Curso de História UNESPAR- Paranaguá | 20hrs |
| <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) | 20hrs |
| <ul style="list-style-type: none"> • Professor contratado por Tempo de Serviço pela Rede Pública Estadual, PSS, referente ao Tempo de Serviço, Semana Pedagógica, Conselho de Classe, Planejamento e Formação Continuada | 15hrs |

VIII - Todas as Atividades Complementares executadas devem ser comprovadas através de documento, fornecido pelo organizador do evento ou atividade, devendo ser :

- a) Certificado expedido pela instituição promotora, contendo o nome do evento, o nome da instituição promotora, o nome do participante com o número do Registro Geral, os dias e a carga horária total do participante, devidamente assinada e registrada;
- b) Declaração da instituição ou do professor promotor do evento, contendo o nome do evento, o nome do promotor, o nome do participante com o número do Registro Geral, os dias e a carga horária total do participante, devidamente assinada pelo representante da instituição ou do professor do evento;
- c) Relatório do evento, conforme modelo determinado pelo professor da disciplina de Estágio I ou II, contendo o nome do evento, o nome do promotor, o nome do participante com o número do Registro Geral, os dias e a carga horária total do participante, devidamente assinada pelo professor responsável do evento;
- d) Declaração da Entidade, ou responsável, em que o estagiário participa como bolsista ou trabalho voluntário, com o termo (ou comprovação) do convênio aprovado entre a Entidade e a UNESPAR-Paranaguá, contendo o nome do projeto, o nome da entidade, o nome do participante com o número de registro geral, o período e a carga horária total do participante, devidamente assinado pelos participantes;
- e) Caso Professor PSS, contratado por tempo de serviço, com declaração da Direção Geral, com o nome do contratado, número de registro geral, o nome da Escola, o período contratado

(até a data da declaração), devendo ser considerado somente aos que possuem mais de seis (06) até doze (doze) meses de trabalho. Podendo ser também a Semana Pedagógica, o Conselho de Classe, Planejamento e Formação Continuada, com a devida declaração.

IX) As aulas assistidas, duas (02) semanais, não são computadas nas 200hrs de atividades, podendo o professor da disciplina dispensá-las para feitura de atividades diversas externas ou internas da disciplina;

X) O não comparecimento nas aulas acarretará em faltas, bem como a não entrega de material proposto para o período da dispensa, as faltas serão relativas ao período dispensado, não podendo o aluno estagiário ultrapassar o limite definido pela IES, neste caso 17 faltas anual, o que acarretará em dependência.

XII) Não há exame final, nem segunda chamada na Disciplina de Estágio e as notas poderão ser aplicadas por bimestres, semestres, ou anual, com total opção do professor da disciplina e a não entrega de trabalhos, nas datas marcadas, acarretará dependência (reprovação) por parte do aluno estagiário.

XIII) A hora das diversas atividades será calculada em cinquenta (50) minutos, computadas em 01(uma) hora.

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.

O Regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão do Curso de Graduação em História da UNESPAR – *Campus* de Paranaguá, em vigência define o TCC como uma atividade acadêmica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão ou curso de graduação, desenvolvida mediante controle, orientação e avaliação docente, cuja exigência é um requisito essencial e obrigatório para a obtenção do diploma (Art. 1).

A elaboração de um trabalho dessa natureza consiste na aplicação de rigor metodológico e científico, organização dos materiais (fontes e literatura) empregados e demanda certo aprofundamento sobre o tema abordado, sem, contudo, ultrapassar as exigências de um curso de graduação.

Além desses requisitos obrigatórios, o Regulamento Geral aludido menciona como objetivos mínimos do TCC: i) oportunizar ao acadêmico a iniciação à pesquisa; ii) sistematizar o conhecimento adquirido no decorrer do curso; iii) garantir a abordagem científica de temas relacionados à prática profissional, inserida na dinâmica da realidade local, regional e nacional; iv) subsidiar o processo de ensino, contribuindo para a realimentação dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes do currículo.

Neste sentido, para a consecução de tais objetivos, o acompanhamento das atividades no Curso de História é feito por meio de uma Coordenação Geral do TCC ou Comissão Coordenadora que prescreve as modalidades e objetivos do trabalho, as normas para sua elaboração, suas próprias atribuições, prazos e critérios de avaliação.

A habilitação para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso se dará com a aprovação do aluno na disciplina de Metodologia do Trabalho de Conclusão de Curso no terceiro ano. A qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso será condição necessária para que o aluno seja aprovado na disciplina de Metodologia do Trabalho de Conclusão de Curso no terceiro ano e habilitado para a matrícula na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso no quarto ano. A qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso será feita por uma banca presidida pelo orientador com dois membros.

A modalidade de desenvolvimento, apresentação e defesa do TCC dos acadêmicos devidamente habilitados para o cumprimento de tal requisito será o Artigo Científico. As normas abaixo descritas para a apresentação dos Artigos seguem o rigor de publicações científicas que passaram pelo credenciamento do Qualis – CAPES, devendo ser estritamente seguidas. Os demais critérios de funcionamento do TCC permanecem os mesmos e podem ser lidos e estudados no Regulamento Geral constante do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em História da UNESPAR – *Campus* Paranaguá.

A disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso de História – UNESPAR – *Campus* de Paranaguá não terá carga horária semanal, cabendo ao aluno cumprir a agenda de trabalho estabelecida pelo seu orientador, que deverá manter um controle dos encontros com o orientando, o qual será repassado para o coordenador de TCC para lançamento de presenças no diário de classe da disciplina de TCC. O coordenador de Trabalho de Conclusão do Curso será definido no início do ano letivo em reunião do Colegiado do Curso de História e ficará responsável pela organização geral do processo do Trabalho de Conclusão do Curso, como a fixação de um cronograma de trabalho, a recolha dos trabalhos e organização das bancas de qualificação e defesa final, o recolhimento das atas de qualificação e defesa final e seu encaminhamento à Secretaria Acadêmica dentre outros encaminhamentos necessários. A coordenação de Trabalho de Conclusão do Curso contará uma aula por semana no Plano de Atividade Docente do coordenador de Trabalho de Conclusão do Curso.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS COMO REQUISITO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – LICENCIATURA EM HISTÓRIA

1 – Para a Defesa de TCC, os Artigos devem ser apresentados em 3 (três) vias impressas frente e verso e 1 cópia digital em PDF enviada via e-mail ao coordenador do TCC e ao orientador.

2 – Para a Banca de Qualificação do TCC, os Artigos devem ser apresentados em 2 (duas) vias impressas frente e verso e 1 cópia digital em PDF enviada via e-mail ao coordenador do TCC e ao orientador com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do trabalho concluído.

3 – O texto do artigo final encaminhado à Banca de Defesa deverá ter a seguinte formatação:

3.1) Extensão mínima de 12 (doze) páginas, e extensão máxima de 15 (quinze) páginas. Referências bibliográficas, lista de fontes / documentos, lista de arquivos e anexos não contam para o número de páginas mínimo e máximo do texto do artigo.

3.2) Texto em fonte Times New Roman, tamanho 12, entrelinha 1,5 e alinhamento justificado.

3.3) Margens: superior e inferior de 2,0 cm e esquerda e direita de 3,0 cm.

3.4) Numeração de página no início da página à direita.

3.5) Título centralizado em negrito.

3.6) Nome do autor do Artigo, abaixo do título alinhado à direita.

3.7) Nome e titulação do Professor Orientador do TCC abaixo do nome do autor do Artigo alinhado à direita.

3.8) Resumo de no máximo 10 linhas com espaçamento simples e alinhamento justificado.

3.9) De 3 a 5 palavras-chave separadas com ponto e vírgula e em letras minúsculas (empregar maiúsculas somente quando o caso exigir: nomes próprios, por exemplo).

3.10) O texto deverá ser estruturado com introdução, desenvolvimento e conclusão.

3.11) O parágrafo deverá ter recuo de 1,5 cm a partir da margem.

3.12) Citações diretas e paráfrases deverão identificar o autor ou o documento com o sistema de citação curta no corpo do texto na mesma fonte e tamanho de fonte do texto. Exemplo: (SILVA, 2015, p. 28).

3.13) Citações de até três linhas deverão ser feitas dentro do texto entre aspas. As citações com mais de três linhas deverão ser feitas em destaque sem aspas, com fonte Times New Roman,

tamanho 11, em espaço simples, recuo de 4 centímetros à direita com um espaço acima e dois espaços abaixo.

3.14 As notas de rodapé empregadas conforme as normas da ABNT, serão feitas em fonte Times New Roman, tamanho 10, em espaço simples e referem-se a possíveis agradecimentos na realização do trabalho, notas explicativas e qualquer outra necessidade que não possa ser empregada a citação curta

3.15) Ao final do texto, em página separada deverão constar todas as referências bibliográficas utilizadas no trabalho ordenadas por ordem alfabética conforme as normas da ABNT.

3.16) Em seguida às referências bibliográficas deverá constar a lista com as referências das fontes consultadas que devem ser referenciadas conforme suas categorias (manuscritos, jornais, revistas, leis, pinturas, fotos, filmes, entrevistas, objetos, etc) segundo as normas da ABNT para cada categoria de fonte consultada.

3.17) Em seguida à lista das fontes deverá constar a lista dos arquivos ou acervos públicos e / ou privados consultados durante a pesquisa.

3.18) Imagens, figuras, mapas, gráficos, tabelas e quadros empregados no corpo do texto deverão estar devidamente analisados segundo referencial metodológico específico, pois são documentos que devem ser devidamente criticados. Se tiverem um caráter meramente ilustrativo poderão ser empregados em anexo após as referências bibliográficas e listas.

3.19) Imagens, figuras, mapas, gráficos, tabelas e quadros deverão ser numerados e acompanhados de legenda que deverá estar localizada logo abaixo Imagem, figura, mapa, gráfico, tabela ou quadro com um espaço simples, centralizada em negrito, tamanho 11e devidamente identificada quanto às suas fontes ou metodologia de construção em nota de rodapé.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I

DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º - Consideram-se Atividades Complementares o conjunto de atividades curriculares e extra-curriculares de caráter científico, cultural e acadêmico articuladas com o processo formativo do futuro professor, integrante do projeto pedagógico do Curso de História, realizadas pelos alunos nos termos deste regulamento específico.

Art.2º - Ao aluno matriculado no curso de licenciatura em História é obrigatório o cumprimento da carga horária de Atividades Complementares fixada na Estrutura Curricular, sendo efetivado ao longo do curso e compreendendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para que uma atividade seja considerada como Atividade Complementar e seja computada na carga horária do aluno, deve ter caráter científico, cultural ou acadêmico, possibilitando o enriquecimento curricular do estudante.

§ 1º As Atividades Complementares devem ser cumpridas durante o curso de graduação, de forma concomitante, totalizando 200 horas.

§ 2º As atividades desenvolvidas no Estágio Curricular Obrigatório, o Estágio Supervisionado, não poderão ser computadas como Atividades Complementares, assim como as Atividades Complementares não poderão ser computadas como atividades de Estágio Obrigatório.

§ 3º As atividades complementares realizadas pelo estudante constarão do seu histórico escolar com o número de horas atribuído.

§ 4º O aluno deverá apresentar todos os certificados referentes às atividades complementares apenas quando ele juntar pontuação igual ou maior que 200 horas, conforme critérios estabelecidos neste regulamento.

§ 5º Os alunos devem entregar cópias dos documentos e apresentar os respectivos originais para serem conferidos e autenticados no momento da entrega. Os documentos devem ser entregues coordenador de atividades complementares mediante recibo de entrega.

§ 6º O cumprimento da carga horária das Atividades Complementares é requisito indispensável à colação de grau.

CAPÍTULO II

DA COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 3º A coordenação das atividades complementares será feita por um Coordenador indicado pelo Colegiado do Curso de História, sendo que o exercício desta atividade computará uma aula por semana no Plano de Atividade Docente do Coordenador das atividades complementares, competindo a ele:

a. Coordenar o processo de desenvolvimento das atividades complementares do curso, conforme este regulamento.

b. Efetuar o registro, acompanhamento e avaliação das atividades complementares de História, a partir da solicitação do aluno, por período letivo.

c. Divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de atividades complementares passíveis de realização pelos discentes, indicando os respectivos critérios de pontuação e validação.

d. O prazo limite para que o aluno apresente os documentos comprobatórios das Atividades Complementares é até os primeiros 30 dias letivos do último semestre cursado.

§ 1º Ao Colegiado compete: aprovar as Atividades Complementares dos alunos; exigir a comprovação documental pertinente; atribuir pontuação referente às horas de Atividades Complementares de cada aluno, dentro dos tipos e limites fixados pelo Regulamento, sempre que solicitado pelo coordenador do curso.

§ 2º Os documentos comprobatórios das Atividades Complementares, após serem revisados pelo Coordenador e registrados com a indicação do tipo e carga horária/pontuação, serão arquivados nas pastas dos alunos no Colegiado de História e computados no sistema acadêmico, pela Coordenação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO III

DA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 4º Atividades complementares realizadas antes do início do curso não podem ter atribuição de créditos.

Art. 5º Atividades profissionais voluntárias em áreas afins, realizadas pelos alunos no decorrer do curso podem ser consideradas atividades complementares, desde que previamente autorizadas pelo Colegiado do curso de História, ficando a atribuição de créditos a cargo deste colegiado.

Art. 6º As Atividades Complementares serão desenvolvidas sem prejuízo das atividades regulares do curso.

§ 1º Para obter o registro das Atividades Complementares, o aluno deverá entregar as atividades realizadas, acompanhado das cópias dos certificados comprobatórios, ao Coordenador das Atividades Complementares, que preencherá o Formulário de Registro e Avaliação das Atividades (anexo1 deste regulamento),

§ 3º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de curso.

CAPÍTULO IV

DA ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 7º Segundo o PPC do Curso podem ser consideradas as seguintes atividades:

- Atividades científico-culturais do Curso
- Participação nos Simpósios, Congressos e Cursos dentro da área de Ciências Humanas, sejam eles locais, regionais, nacionais ou internacionais.
- Participação em Feiras de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade.
- Pesquisa de Ensino de História.
- Docência supervisionada junto aos cursos de extensão promovidos pelo Curso de História.
- Produção de monografia (TCC), que não seja o obrigatório no curso.
- Participação nas Oficinas de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade.
- Participação em atividades culturais em geral e/ou em atividades socioambientais.
- Participação em atividades de extensão da UNESPAR.

Art. 8º Considerando o estabelecido pela LDB 9394/96 e pelas Diretrizes Curriculares dos diversos Cursos de Graduação, que determinam o mínimo de 200 horas em atividades complementares como componentes curriculares, neste regulamento define-se a contagem da carga horária dessas atividades conforme tabela abaixo, sendo que as atividades realizadas pelo aluno devem ser em áreas afins ao curso:

Exemplos de Atividades Complementares – História			
Modalidade	Descrição da atividade	Horas Atribuída	Comprova

		s	
GRUPO I Atividades científico-culturais do Curso e Participação nos Simpósios, Congressos e Cursos dentro da área de Ciências Humanas, sejam eles locais, regionais, nacionais ou internacionais.	Participação como bolsistas do PIBID e PIC, em projetos desenvolvidos no Programa de Iniciação a Docência e Científica da Unespar	Até 20 horas por ano	Declarações, Certificados, Relatórios, Emitidos: pela Instituição responsável ou pelo Professor proponente da atividade descrita em relatório. Ingresso, programa, "folder", com resenha da atividade. Declaração dos professores responsáveis pelo projeto
	Participação como ouvinte em Congressos, Seminários, Simpósios, Jornadas, Ciclo de Palestras, Mesas-Redondas, Workshop, Aula Inaugural, Bancas do TCC do Curso de História.	Até 50 h por ano.	
	Participação com apresentação de Comunicação Oral e Painel em eventos científicos (congressos, seminários, etc.).	Até 20 horas por ano	
	Participação como bolsistas ou voluntário em projetos desenvolvidos na Unespar.	Até 20 horas por ano.	
	Participação em grupos de estudo do Colegiado de História ou afins.	Até 20 horas por ano	
	Representante estudantil em: diretorias de Centro Acadêmico, Colegiado docente e discente.	Até 10 horas ano	
	Participação na organização da Semana Acadêmica do Curso de História	Até 20 horas ano	
GRUPO II Participação em Feiras de junto às escolas da comunidade	Participação em projetos de organização de Feiras desenvolvidas nas escolas.	Até 20 horas por ano.	
GRUPO III Participação nas	Organização e aplicação de oficinas de junto	Até 20	

oficinas de Ciências Humanas junto às escolas da comunidade	as escolas da comunidade	horas por ano.	
GRUPO IV Pesquisa em ensino de História	Participar da elaboração e de apresentação de materiais desenvolvidos para pesquisa em ensino de História	Até 20 horas por ano	
GRUPO V Olimpíadas escolares	Participar na organização de Olimpíadas escolares	Até 20 horas por ano	
GRUPO VI Produção de artigos científicos	Produção e apresentação de artigos científicos.	Até 20 horas por ano	
GRUPO VII Docência supervisionada junto aos cursos de extensão promovidos pelo Colegiado de História, desde que não sejam os obrigatórios no estágio.	Participar como docente, monitor ou auxiliar em atividades de docência promovida ou acompanhada por professores do curso.	Até 10 horas por ano	
GRUPO VIII Participação em atividades culturais e/ou atividades socioambientais	a) Participação em atividades culturais como teatro, cinema, atividades esportivas e outros. b) Participação de atividades socioambientais promovidas por órgãos governamentais ou não governamentais	Até 10 horas por ano Até 10 horas por ano	Ingressos, declarações. Declarações e certificados
GRUPO IX	Participação em Projetos de extensão da	Até 20	

Participação em atividades de extensão	UNESPAR relacionados à área de ou educação quando: a) Ministrando cursos desde que aprovados na Divisão de Extensão b) Atendimento periódico a grupos de estudantes e professores da rede estadual de ensino da educação básica, na realização de demonstrações e utilização de materiais produzidos nas aulas das disciplinas do curso de História. Desde que registrados na Divisão da Extensão.	horas por ano	
OBSERVAÇÃO: as atividades são validadas (ou não), mediante comprovação e avaliação do Professor coordenador das atividades complementares.			

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º Os casos omissos do presente regulamento serão resolvidos pela Coordenação das Atividades Complementares, em conjunto com o Colegiado do Curso.